

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 101

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE AGOSTO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO**

e instalado o 2º período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero participar aos senhores parlamentares que na Sessão de amanhã, além da pauta normal, teremos no Horário do Pequeno e Grande Expedientes, a comemoração do 148º (centésimo quadragésimo oitavo) aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme requerimento formulado pelo deputado Algaci Tulio.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 024/2002

Curitiba, 28 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a estabelecer que:

“I - seja efetuado o protesto extrajudicial dos créditos tributários inscritos em dívida ativa;

II - a cobrança administrativa de créditos tributários possa, também, ser efetuada por intermédio de instituição bancária credenciada para tal fim”.

O plano de lei em referência é considerado oportuno e necessário, eis que agilizará a cobrança de créditos tributários, conforme justificativa, adiante transcrita, contida em expediente a mim dirigido pelo secretário de Estado da Fazenda.

“O presente projeto de lei objetiva propiciar ao Estado maior eficácia na cobrança da sua dívida ativa, possibilitando que a mesma seja efetuada por intermédio de instituições bancárias credenciadas para tal fim, bem como efetuar protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa, como forma de agilizar o ingresso de tais receitas aos cofres públicos”.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a estabelecer que:

I - seja efetuado o protesto extrajudicial dos créditos tributários inscritos em dívida ativa;

II - a cobrança administrativa de créditos tributários possa, também, ser efetuada por intermédio de instituição bancária credenciada para tal fim.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta dias da data da sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 025/2002

Curitiba, 28 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - Uniart, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no município de Curitiba, situado à Rua Dr. Muricy, 950 - Centro - Curitiba / PR, com 472,85 m2 de terreno, contendo benfeitorias (área construída de 579,77 m2), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba - PR, sob nº 51.903.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletividade, eis que o imóvel a ser cedido será utilizado exclusivamente para instalações e manutenção da cessionária, estando previstas no texto da medida, definições quanto ao prazo e forma de prorrogação da permissão de uso, suas exatas finalidades, possibilidade de retomada pelo Estado, assim como outras condicionantes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - Uniart, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no município de Curitiba, situado à Rua Dr. Muricy, 950 - Centro, Curitiba / PR, com 472,85 m2 de terreno, contendo benfeitorias (área construída de 579,77 m2), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba - PR, sob nº 51.903.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado exclusivamente para instalação e manutenção das atividades da Uniart, podendo o mesmo ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo a cessão duração até 31/12/2006, prorrogável mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tal cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Uniart, responsável pela preservação e conservação do bem cedido, como também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## MENSAGEM Nº 027/2002

Curitiba, 15 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos termos que estabelece e adota outras providências.

O plano de lei ora encaminhado a essa Casa, consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições legais no sentido de propiciar o ingresso aos cofres públicos de valores inscritos em dívida ativa, considerados como de difícil recuperação, os quais serão recolhidos pelo estímulo da forma de pagamento estabelecida pela medida que se pretende adotar. Diferentemente do Projeto de Lei nº 216/2002, por mim vetado, a medida aqui consubstanciada atende o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pois a dívida ativa, assim como está ora definida e assinalada, não é considerada nas receitas tributárias, nem na receita corrente líquida.

Ademais, vale ressaltar que o anteprojeto de lei apenso à presente mensagem, guarda perfeita consonância com os mandamentos dos arts. 150 e 155, da Magna Carta, e com as disposições dos arts. 1º e 10, da Lei Complementar Federal nº 24/75, de 07 de janeiro de 1975 (vigentes porque recepcionados pelo art. 34, § 8º, do ABCT, da CF, de 1988).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos termos previstos nesta Lei.

§ 1º - O pagamento integral do débito deverá ocorrer até o dia 31 de outubro de 2002, com dispensa integral da multa e dos juros, mantendo-se a correção monetária.

§ 2º - O parcelamento em até 120 parcelas mensais e sucessivas deverá ser deferido pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou pela autoridade a quem este delegar poderes para tanto, mediante requerimento, que para os débitos ajuizados, deverá ser instruído com comprovante de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova da garantia do débito.

§ 3º - O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

I - Até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previsto na legislação (especialmente correção monetária e juros) sendo dispensada a multa;

II - A partir do mês subsequente ao do deferimento a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

III - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$100,00 (cem reais);

IV - O vencimento da primeira parcela ocorrerá até 31 de outubro de 2002, e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes;

V - Os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, consoante o número de parcelas escolhidas pelo sujeito passivo, nos seguintes percentuais:

a) Em até 12 (doze) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

b) Entre 13 (treze) e 24 (vinte e quatro) parcelas, com dispensa de 50% (cinquenta por cento) dos juros;

c) Entre 25 (vinte e cinco) e 50 (cinquenta) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento) dos juros;

d) Entre 51 (cinquenta e uma) e 75 (setenta e cinco) parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros;

e) Entre 76 (setenta e seis) e 100 (cem) parcelas com dispensa de 10% (dez por cento) do valor dos juros;

f) De 101 (cento e uma) a 120 (cento e vinte) parcelas, sem dispensa de juros.

Art. 2º - O pedido de parcelamento implica a confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recursos administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário.

§ 1º - Implica na revogação do parcelamento:

a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não de pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente aos fatos geradores ocorridos após a data da formalização do Acordo;

b) o descumprimento das condições previstas no acordo e no decreto que regulamentará esta lei.

§ 2º - A revogação do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 3º - Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos para que ocorra novo parcelamento nos termos da presente Lei, no entanto não terá o sujeito passivo direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, estabelecer as normas para aplicação desta lei, especialmente quanto ao procedimento admi-

nistrativo para o processamento do pedido de parcelamento.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 028/2002

Curitiba, 15 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle da poluição atmosférica, padrões de qualidade do ar e sobre outras providências pertinentes à matéria.

O anexo plano de lei é de elevado significado e consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, dada a magnitude e importância de que é revestida a matéria em todos os aspectos.

Os estudos que precederam a presente proposição foram realizados por equipe técnica de notória competência, cujas conclusões obtiveram total aprovação pelo secretário de Estado do Meio Ambiente e recursos Hídricos. A adiante transcrita Exposição de Motivos, a mim encaminhada através do expediente protocolado sob nº 5.199.822-7, contém mais detalhados esclarecimentos quanto a convivência e oportunidade do advento de leis nos termos preconizados:

“O ar é, antes de tudo, um recurso vital, como é óbvio dizer-se; porém, é também um recurso para outras funções e atividades humanas, por exemplo, como fonte alternativa de energia. Nestes casos, pode ter até mesmo um valor econômico. Há que protegê-lo; por isso, a gestão ambiental tem procedimentos específicos para gerenciar este recurso. Como corpo receptor de impactos provocados pela ação ao homem, é, sabiamente, o recurso natural que mais depressa se altera para pior e, também, o que mais rapidamente se recupera. Incumbe ao Poder Público e à coletividade zelar pela qualidade do ar, com medida de proteção, utilização adequada e recuperação, dado que isto é necessário à manutenção do equilíbrio ecológico. Danos econômicos e sociais devem ser prevenidos e evitados nas relações com a atmosfera.

A linguagem corrente refere-se ao ar como o elemento indispensável à respiração. A saúde humana requer que não apenas o hábito da respiração, como função vital, seja bom e bem exercitado; quer ainda que a qualidade do ar seja adequada.

Um homem adulto inspira cerca de 10.000 litros de ar por dia, consumindo em média 400 litros de oxigênio; esses valores variam em função da atividade física de cada um, como também em função da qualidade do ar respirado. Em geral não é necessário nem possível, corrigir a composição do ar que respiramos e essa é a principal diferença entre o consumo de ar e da água. A água passa por um tratamento prévio, que a torna um produto industrial, o ar ao contrário deve ser consumido in natura.

Sendo assim tornam-se de fundamental importância as medidas de preservação da qualidade do ar, que devem ser tomadas por toda a sociedade.

O ser humano ao interagir com o meio ambiente produz resíduo, uma parte dos quais causam problemas de poluição do ar. Tais problemas resultam das chamadas fontes de poluição fixas e fontes móveis. Devemos ressaltar que apesar da Legislação Federal e Estadual em vigor, o Paraná carece ainda de instrumento, que através do presente projeto de lei, serão instituídos, aprimorando a gestão ambiental em nosso Estado.

São objetivos do projeto de lei apresentado:

I - assegurar à sociedade humana e aos ecossistemas naturais a qualidade do recurso ar e das condições da atmosfera compatível com as funções vitais, buscando-se sempre mais o incremento dessa qualidade;

II - garantir a qualidade do recurso ar e das condições atmosféricas, parâmetros mínimos para o bem-estar social e o processo de desenvolvimento sustentável no Estado.

III - estimular e incentivar hábitos, comportamentos, atitudes e práticas propícias à proteção do ar e das condições da atmosfera;

IV - assegurar que o processo de desenvolvimento sustentável se implemente através da produção e do consumo sustentáveis, em particular no que se relaciona ao recurso ar e à atmosfera em seu contexto;

V - incentivar a revisão de matrizes energéticas visando a que a utilização de fontes e formas de energia se adeque cada vez mais aos requerimentos ambientais, notadamente os atmosféricos;

Com relação a infrações e penalidades, a previsão de aplicação da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e do seu regulamento baixado pelo Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, garantirão maior agilidade e justiça no trato da questão ambiental, no tocante à poluição atmosférica, no Estado do Paraná.

Destacamos ainda a previsão para o estabelecimento de convênios entre as administrações estadual e municipal na implementação de ações ambientais, bem como dispositivo que assegure a vigência das formas existentes até novas regulamentações.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, são pela presente lei atendidas, as disposições da legislação federal.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - Poluição atmosférica: a degradação da qualidade da atmosfera resultante de atividades que direta ou indiretamente;

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

II - Poluente atmosférico: qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa ou de energia que, presente na atmosfera, causa ou possa causar poluição atmosférica.

III - Existe o lançamento na atmosfera de qualquer forma da matéria sólida, líquida ou gasosa, ou de energia efetuado por uma fonte potencialmente poluidora do ar.

IV - Fonte aérea - qualquer processo natural ou artificial, estacionário e não pontual que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera.

V - Fonte estacionária: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial, em local fixo, que possa liberar ou emitir matéria ou energia para atmosfera.

VI - Fonte Móvel: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial em movimento, que libere ou emita matéria ou energia para a atmosfera.

VII - Fonte pontual: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial, estacionário, que libere ou emita matéria ou energia para atmosfera de forma concentrada em ponto geográfico específico e bem delimitada em seu alcance.

VIII - Fonte potencialmente poluidora do ar: qualquer instalação, equipamento ou processo natural ou artificial que possa liberar ou emitir matéria ou energia para a atmosfera, de forma a causar poluição atmosférica.

IX - Limites de emissão: os valores de emissão permissíveis constantes na licença ambiental de fontes potencialmente poluidoras e que, no mínimo, atendam aos padrões de emissão.

X - Padrões de emissão: os limites máximos de emissão permissíveis de serem lançados na atmosfera por fontes potencialmente poluidoras.

XI - Padrão de Qualidade do Ar: o máximo valor permitido de um nível médio de concentração, em uma duração específica de tempo, estabelecido para num certo poluente na atmosfera.

XII - Padrões Primário de Qualidade do Ar: os valores-limites de concentrações de poluentes na atmosfera, estabelecidos com o objetivo de proteger a saúde humana.

XIII - Padrões Secundários da Qualidade do Ar: os valores-limites de concentrações de poluentes na atmosfera, abaixo dos quais prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo

dano à biota ao patrimônio físico, aos materiais e ao meio ambiente em geral.

XIV - Partículas Totais em Suspensão: representa a totalidade das partículas sólidas ou líquidas presentes na atmosfera, e que possam ser coletadas pelo Amostrador de Grandes Volumes ou método equivalente.

XV - Partículas Inaláveis: representa a fração das partículas totais em suspensão que apresentam diâmetro aerodinâmico equivalente, igual a 10 (dez) micrômetros ou menor.

XVI - Fumaça: as partículas emitidas para a atmosfera, geradas principalmente nos processos de combustão, intencionais ou não, e detectadas pelo método da reflectância ou método equivalente.

XVII - Padrões de Condicionamento de Fontes: as condições técnicas de implantação ou de operação que deverão ser observadas pelas fontes potenciais de poluição atmosférica.

XVIII - Episódio crítico de poluição atmosférica: a ocorrência de elevadas concentrações de um ou mais poluentes na atmosfera, resultante de condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos mesmos.

### **Utilização e Proteção da Atmosfera**

Art. 2º - Fica estabelecido como princípio que os empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras do ar devem adotar prioritariamente o uso de tecnologias, insumos e fontes de energia que evitem a geração de poluentes atmosféricos e, na impossibilidade prática desta condição, minimizem as emissões quando comparadas com as decorrentes de processos convencionais.

Art. 3º - Fica proibido o lançamento ou a liberação para a atmosfera de qualquer tipo de forma de matéria ou energia que possa ocasionar a poluição atmosférica, conforme definida nos termos desta lei.

Art. 4º - Fica proibida a queima a céu aberto de resíduos sólidos, líquidos ou de outros materiais combustíveis, exceto mediante autorização prévia do órgão estadual de meio ambiente, ou em situações de emergência sanitária assim definidos pela Secretaria de Estado da Saúde ou pela Secretaria de Estado da Agricultura.

Art. 5º - Fica proibida a instalação e a utilização de incineradores de qualquer tipo em edificações domiciliares ou prediais.

Art. 6º - Nas Unidades de Conservação enquadradas na categoria de Proteção Integral prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), deverá ser garantida a qualidade do ar em níveis compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico nessa áreas, levando-se em conta, principalmente, a proteção da biodiversidade.

Art. 7º - Nas Unidades de Conservação compreendidas na categoria de uso Sustentável, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), deverá ser garantida a proteção da qualidade do ar através da observância dos Padrões Secundários de Qualidade do Ar.

Art. 8º - Nas Unidades de Conservação, excetuadas as Áreas de Proteção Ambiental, fica proibida qualquer atividade econômica que gere poluição atmosférica.

Art. 9º - O órgão estadual de meio ambiente poderá impor limites especiais a fontes poluidoras do ar localizadas fora das Unidades de Conservação que possam afetar a qualidade do ar dentro das referidas Unidades.

Art. 10 - Nas áreas do Estado do Paraná não enquadradas como Unidades de Conservação, deverá ser garantida na qualidade do ar e a proteção da atmosfera através da observância, no mínimo, dos Padrões Primário de Qualidade do Ar.

Art. 11 - Nas áreas onde existe uma aglomeração significativa de fontes de poluição do ar poderá ser exigida a utilização de combustíveis com menor potencial poluidor, tanto para os empreendimentos ou atividades a instalar como para aqueles já instalados, sejam eles públicos ou privados.

### **Padrões**

Art. 12 - A utilização da atmosfera para o lançamento de qualquer tipo de matéria ou energia somente poderá ocorrer com a observância dos limites e padrões de emissão estabelecidos, das condições e parâmetros de localização, de implantação e de operação das fontes de potenciais de poluição do ar.

Parágrafo Único - As disposições do *caput* deste artigo aplicam-se tanto para as fontes providas de sistemas de ventilação ou de condução de efluentes gasosos, quanto às emissões decorrentes da ação dos ventos, da circulação de veículos em vias e áreas não pavimentadas e aquelas situações ou emissões geradas por eventos acidentais.

### **Padrões de Qualidade do Ar**

Art. 13 - nenhuma fonte ou conjunto de fontes potencialmente poluidoras do ar poderá emitir matéria ou energia para a atmosfera em quantidades e condições que possam resultar em concentrações médias superiores aos Padrões de Qualidade do Ar estabelecidos.

§ 1º - Os Padrões de Qualidade do Ar a serem observados no Estado do Paraná serão estabelecidos pelo órgão estadual de meio ambiente.

§ 2º - Os Padrões de Qualidade do Ar a serem estabelecidos deverão compreender, no mínimo, aqueles fixa-

dos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama.

Art. 14 - A verificação do atendimento aos padrões de qualidade do ar deverá ser efetuada pelo monitoramento dos poluentes na atmosfera ou, ausência de medições, pela utilização de modelos matemáticos de dispersão atmosférica.

Parágrafo Único - No caso de utilização de modelo matemático de dispersão atmosférica, este deverá ser previamente aprovado pelo órgão estadual de meio ambiente.

#### **Padrões de Emissão para Fontes Estacionárias**

Art. 15 - Os Padrões de Emissão para fontes estacionárias deverão ser fixados por poluente ou por tipologia de fonte potencial de poluição do ar, considerando-se o estado de conhecimento dos métodos de prevenção, as tecnologias de controle de poluição e a viabilidade econômica de sua implementação.

Parágrafo Único - Os Padrões de Emissão serão estabelecidos pelo órgão estadual de meio ambiente.

Art. 16 - Os limites máximos de emissão serão diferenciados para as diversas áreas em função da classificação de usos pretendidos, definidas nesta Lei.

§ 1º - A critério do órgão estadual de meio ambiente poderão ser estabelecidos na licença ambiental Limites de Emissão mais rígidos que os definidos como Padrões de Emissão, em função, principalmente, das características locais e do avanço tecnológico.

§ 2º - A critério do órgão estadual de meio ambiente poderá ser proibida a instalação de novos empreendimentos em função da qualidade do ar e das características locais.

§ 3º - A critério do órgão estadual de meio ambiente poderá ser exigida a alteração dos processos industriais de modo a minimizar as emissões de empreendimentos ou atividades para a atmosfera.

Art. 17 - Nas regiões metropolitanas do Estado o licenciamento para a instalação, a operação ou a ampliação de fontes potencialmente poluidoras do ar, serão objeto de limites de emissão diferenciados para cada categoria de zona industrial.

Art. 18 - Os empreendimentos e atividades existentes à data de início de vigência desta lei ficam sujeitos ao atendimento, no mínimo, dos Padrões de Emissão, em prazo a ser definido pelo órgão estadual de meio ambiente, observado o período máximo de cinco anos.

#### **Dos Padrões de Emissão para Fontes Móveis**

Art. 19 - Os Padrões de Emissão para fontes móveis a serem observados no Estado do Paraná serão os

mesmos fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama.

#### **Dos Padrões de Condicionamento de Fontes**

Art. 20 - Os Padrões de Condicionamento de Fontes deverão refletir o melhor estágio tecnológico e de controle operacional, considerando-se os aspectos de eliminação ou minimização das emissões de poluentes atmosféricos.

Parágrafo Único - Os Padrões de Condicionamento de Fontes serão estabelecidos na Licença Ambiental para situações e fontes específicas pelo órgão estadual do meio ambiente.

#### **Da Gestão da Qualidade do Ar**

Art. 21 - A gestão da qualidade do ar será efetuada através dos seguintes instrumentos:

- a) o inventário de fontes;
- b) o monitoramento da qualidade do ar;
- c) o relatório de qualidade do ar;
- d) o licenciamento ambiental;
- e) a prevenção de deterioração significativa da qualidade do ar;
- f) o programa de emergência para episódios críticos de poluição do ar.

#### **Do Inventário de Fontes e Emissões**

Art. 22 - Para subsidiar as ações de controle e a formulação de estratégias de gestão da qualidade do ar, fica instituído o Inventário das Fontes e Emissões de Poluição Atmosférica.

Art. 23 - O Inventário deverá conter informações que permitam:

I - identificar a localização das fontes de poluição do ar e de alteração das condições atmosféricas;

II - identificar as principais características técnicas das fontes potencialmente poluidoras, incluindo, no mínimo, informações sobre matérias-primas, tecnologias e insumos relacionados à geração dos poluentes;

III - quantificar as emissões de poluentes considerados prioritários para fins de controle;

IV - qualificar as fontes quanto à tipologia, considerando-se as fontes estacionárias e as móveis, as quantidades e tipos de poluentes produzidos e os riscos ambientais associados.

Art. 24 - O Inventário deverá ser atualizado periodicamente com as informações geradas pelo sistema de licenciamento ambiental de fontes de poluição, para as fontes estacionárias e fontes-área, e pelas informações fornecidas pelos órgãos municipais e estadual responsáveis pelo registro de veículos, para as fontes móveis.

Art. 25 - O Inventário de Fontes e Emissões será administrado pelo órgão estadual de meio ambiente.

### **Do Monitoramento da Qualidade do Ar**

Art. 26 - Compete ao Poder Público Estadual, através do órgão estadual de meio ambiente, implementar um sistema de monitoramento que permita acompanhar a evolução da qualidade do ar.

Art. 27 - O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado prioritariamente nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

Parágrafo Único - O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar métodos de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões de qualidade vigentes.

### **Do Relatório de Qualidade do Ar**

Art. 28 - Com o objetivo de divulgar os níveis de poluentes atmosféricos, fica o Poder Público Estadual, através do órgão estadual de meio ambiente obrigado a editar, anualmente, o Relatório de Qualidade do Ar, onde constará os dados gerados pelo Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições da Atmosfera, devidamente consolidados e interpretados, contendo, em linguagem de fácil entendimento, a evolução das concentrações e o resumo do significado dos níveis de alteração da qualidade do ar registrados e seus possíveis efeitos ambientais.

Art. 29 - O Relatório de Qualidade do Ar é documento a que se dará publicidade, devendo ser utilizados meios que assegurem o seu acesso pelos interessados.

### **Do Licenciamento das Fontes de Poluição do Ar**

Art. 30 - Os empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras do ar, definidas pelo órgão estadual de meio ambiente, serão objeto de licenciamento ambiental, conforme estabelecido pelo Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado do Paraná, obedecidas as disposições desta lei, das normas dela decorrentes e demais legislações em vigor.

### **Da Prevenção de Deterioração Significativa da Qualidade do Ar**

Art. 31 - Com a finalidade de prevenir a deterioração significativa da qualidade do ar, as áreas do território

estadual, obedecerão a seguinte classificação quanto a seus usos pretendidos:

I - Classe 1 - Áreas de preservação, parques e Unidades de Conservação, excetuadas nestas Áreas de Proteção Ambiental, onde deverá ser mantida a qualidade do ar em nível o mais próximo possível do verificado sem a intervenção antropogênica.

II - Classe 2 - Áreas de Proteção Ambiental e outras áreas que não se enquadram nas classes 1 e 3, onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão secundário de qualidade.

III - Classe 3 - Áreas urbanas das regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá, de municípios com população acima de 50.000 habitantes ou com áreas definidas como industriais, onde o nível de deterioração da qualidade do ar seja limitado pelo padrão primário de qualidade.

### **Do Programa de Emergência para Episódios Críticos de Poluição Atmosférica**

Art. 32 - Com a finalidade de prevenir grave e iminente risco à saúde da população deverá ser elaborado um Programa de Emergência para Episódios Críticos de Poluição Atmosférica.

Art. 33 - O Programa de Emergência deve contemplar um conjunto de ações, previamente planejadas e coordenadas, envolvendo e articulando os órgãos do Governo do Estado, dos municípios, entidades privadas diretamente interessadas, além da comunidade em geral.

Art. 34 - Ficam estabelecidos os níveis de atenção alerta e emergência para a execução do programa.

§ 1º - Na definição de qualquer dos níveis enumerados poderão ser consideradas as concentrações de partículas totais em suspensão, dióxido de enxofre, partículas inaláveis, monóxido de carbono, ozônio, fumaça, dióxido de nitrogênio, e o produto das concentrações de partículas totais em suspensão e o dióxido de enxofre, bem como as condições esperadas de dispersão atmosféricas, com base nas previsões meteorológicas e em fatos ou fatores intervenientes previstos e esperados.

§ 2º - Os limites de concentrações de poluentes, ou do produto de concentrações, serão estabelecidos pelo órgão estadual de meio ambiente, aplicando-se, na ausência destes, os níveis existentes na Legislação Federal.

Art. 35 - Fica o órgão estadual de meio ambiente responsável pela elaboração e coordenação do Programa de Emergência para Episódios Críticos de Poluição Atmosférica.

Art. 36 - Caberá ao secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, a partir de solicitação do órgão estadual de meio ambiente, declarar os níveis de



Atenção, de Alerta e de Emergência, devendo estes atos serem divulgados publicamente.

Art. 37 - Durante a permanência dos níveis acima referidos, as fontes de poluição do ar ficarão, na área atingida, sujeitas às restrições previamente estabelecidas pelo órgão estadual de meio ambiente.

### **Do Automonitoramento Ambiental**

Art. 38 - Os empreendimentos e atividades públicos ou privados, que abriguem fontes efetivas ou parcialmente poluidoras do ar, deverão adotar o automonitoramento ambiental, através de ações e mecanismos que evitem, minimizem, controlem e monitorem tais emissões e adotem práticas que visem à melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Art. 39 - Os empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores do ar, que forem listadas nas normas decorrentes desta lei, ficam obrigadas a apresentar, ao órgão estadual de meio ambiente, o programa de automonitoramento ambiental da empresa.

Art. 40 - Os empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores do ar, que forem listadas nas normas decorrentes desta lei, ficam obrigadas a elaborar e apresentar ao órgão estadual de meio ambiente, para análise, relatório de avaliação de emissões atmosféricas para o licenciamento ambiental, como parte integrante do processo de renovação ou alteração do licenciamento.

Art. 41 - O órgão estadual de meio ambiente poderá, a seu critério, exigir de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores do ar, o automonitoramento das emissões atmosféricas de forma contínua.

### **Das Infrações e Penalidades**

Art. 42 - As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem esta lei, seus regulamentos e normas decorrentes, ficarão sujeitas à aplicação de penalidades de acordo com o previsto no Capítulo VI - Da Infração Administrativa da Lei Federal nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998 e no seu regulamento baixado pelo Decreto Federal nº 3179, de 21 de setembro de 1999, que serão impostas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, mediante instauração do competente procedimento administrativo para apuração das infrações.

### **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 43 - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias a regulamentação da presente lei no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 44 - Na ausência temporária do Regulamento e das normas técnicas relativas a esta lei, permanecem em vigor todos os dispositivos legais, normas técnicas e administrativas referentes ao recurso ar e às da atmosfera vigentes.

Art. 45 - O órgão estadual de meio ambiente e os municípios do Estado do Paraná, por meio de seus respectivos órgãos ambientais, poderão celebrar convênios de cooperação objetivando a implementação de ações ambientais e a delegação de competências relativas à aplicação das disposições desta lei e das normas dela decorrentes.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 029/2002

Curitiba, 02 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66, incisos II e III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva definir e adotar normas legais e pertinentes aos servidores policiais civis do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações.

O Plano de Lei em referência resulta de proposição formulada pelo Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, através do Ofício nº 455/2002, firmado pelo senhor delegado geral e encaminhada pelo titular da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania - SESJ, mediante nº 1.108/2002.

A medida consulta aos superiores interesses da Administração, não só por significar importante passo no sentido do aprimoramento do regime funcional dos policiais civis, mas, também, porque atende reivindicações de tão valorosa classe.

Em anexo, contendo o necessário detalhamento quanto à conveniência e oportunidade desta proposição, segue cópia autêntica de justificativa integrante do respectivo processo, protocolado sob nº 5.167.070-1/02.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

JUSTIFICATIVAS:

### **Recomposição de vencimentos:**

Há algum tempo, servidores policiais vem obtendo sucesso perante a Justiça e lograram ganhar as ações judi-

ciais em última instância, o que lhes garantiram a percepção da gratificação do Tempo Integral e Dedicação Exclusiva no percentual de 120% (cento e vinte por cento), incidente sobre o total de vencimento básico e os adicionais por tempo de serviço, acréscimos constitucionais e vantagens pecuniárias percebidas e percipiendas. Em 1995 o Governo do estado estendeu aos demais servidores policiais civis, à exceção daqueles integrantes da carreira de delegado de polícia, idêntica gratificação, porém no percentual de 120% (cento e vinte por cento) sobre o vencimento básico apenas.

Também, recentemente, através do Decreto nº 5.339/2002, foi concedida gratificação de encargos especiais, no percentual de 130% (cento e trinta por cento), incidente sobre o vencimento básico para os integrantes da carreira de investigador de polícia que atuam diretamente na carceragem das Delegacias de Polícia e cadeias públicas, enquanto que para os demais servidores policiais civis, e mesmo para os investigadores de polícia lotados em unidades administrativas ou que não dispõem de espaço carcerário, concedeu-se a gratificação de função no valor de R\$100,00 (cem reais)

Os valores diferenciados percebidos a título de remuneração por integrantes de mesma carreira e igual classe funcional acarretam desestímulo entre servidores, daí resultando a redução da produtividade em detrimento da atividade típica de Polícia Judiciária. A recomposição do vencimento básico, com a absorção dos valores correspondentes das gratificações de função, de representação, pelo regime especial de trabalho policial e pela execução de trabalho com risco de vida ou saúde, sobre cujo montante incidirá o percentual de 120% (cento e vinte por cento), a título de gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, objetiva minimizar os efeitos provocados pela distanciada diferença nos valores remuneratórios dos cargos policiais civis, sem representar, com isso, qualquer prejuízo de ordem financeira aos servidores que obtiveram o reconhecimento judicial quanto aos critérios de cálculo a serem aplicados para a fixação do valor correspondente à gratificação de tempo integral.

### **Transformação das carreiras policiais civis**

A Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001, alterando diversos dispositivos previstos na Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), estabeleceu em seu artigo 39 que:

“Lei ordinária a ser proposta pelo Poder Executivo disporá sobre as transformações das carreiras de identificador datiloscópico, datiloscopista, técnico em telecomunicações policiais e operador em telecomunicações policiais”.

Segundo a tendência atual, já adotada por outros Estados da Federação, e também pela Polícia Federal, a denominação de datiloscopista não tem o alcance pleno das atribuições funcionais que lhe são cometidas, para abranger inclusive as impressões palmares, para a identi-

ficação de pessoas e de cadáveres, além de suspeitos através de fragmentos digitais recolhidos em locais do crime.

Os atuais ocupantes da carreira de identificador datiloscópico vêm exercendo as atividades próprias da carreira de datiloscopista, efetuando confrontos, classificações e análises das impressões digitais colhidas em Delegacias de Polícia, Instituto Médico Legal, e fragmentos de impressões digitais colhidos em locais de crime, com as individuais datiloscópicas existentes nos arquivos do Instituto de Identificação, e para tanto já se submeteram a curso específico ministrado pela escola de Polícia Civil, estando aptos a bem cumprirem com as novas atribuições.

Os ocupantes dos cargos de operadores em telecomunicações policiais e técnicos em telecomunicações policiais, com a implementação da assistência técnica terceirizada para a manutenção dos equipamentos de comunicação policial, vem desempenhando funções idênticas, pelo que não mais se justifica a existência de duas carreiras distintas para a execução de encargos semelhantes, revelando-se de bom alvitre a unificação de ambas as carreiras, sob a nova denominação de Agente em Operações Policiais, com a aglutinação dos cargos legalmente previstos, o que permitirá uma melhor distribuição dos integrantes da carreira pelas diversas unidades policiais civis do Estado, suprimindo-se as deficiências de pessoal existentes na área de apoio da comunicação policial.

### **Extinção dos cargos de manutenção policial**

Ainda, constatada a sua desnecessidade, extinguem-se os cargos das carreiras de técnico em manutenção policial e auxiliares de manutenção policial, pois que, também no curso da moderna tendência norteadora da Administração Pública para a terceirização de diversos serviços, a contratação de técnicos especializados na prestação de assistência técnica e serviços de reparos imprime ritmo mais eficiente e mais célere na manutenção e conservação dos equipamentos e instrumentos à disposição da Instituição Policial Civil. E assim é que, embora a previsão legal, no Quadro de Pessoal da Polícia Civil, d 100 (cem) cargos de técnico em Manutenção Policial de de 100 (cem) cargos de auxiliar de manutenção policial, todos esses cargos encontram-se vagos já há bastante tempo, o que evidencia a sua desnecessidade na composição do Quadro de Pessoal Privativo da Polícia Civil.

### **Adequações necessárias à legislação vigente**

As alterações a serem implementadas com a presente proposta, atendendo a melhor técnica legislativa, exigirá que se procedam também as alterações correspondentes nos artigos 8º, 10 (incisos I e II) e 13 (incisos I a V) da Lei Complementar nº 14/82, suprimindo-se do rol das carreiras policiais civis os servidores atualmente pertencentes à Polícia Científica (médicos legistas, químicos

legais, toxicologistas e peritos criminais, e por extensão os auxiliares de necropsia), por força das disposições introduzidas pela emenda à Constituição Estadual nº 10/2001, cujos dispositivos passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - São autoridades policiais:  
I - o delegado geral da Polícia Civil;  
II - os delegados de Polícia”.

“Art. 9º - São agentes da autoridade policial:  
I - os comissários de Polícia (em extinção);  
II - os investigadores de Polícia;  
III - os agentes em operações policiais”.

“Art. 10 - São auxiliares da autoridade policial:  
I - os escrivães de Polícia;  
II - os papiloscopistas”.

“Art. 13 - São carreiras policiais:  
I - delegado de Polícia;  
II - comissário de Polícia (em extinção);  
III - investigador de Polícia;  
IV - escrivão de Polícia;  
V - papiloscopistas;  
VI - agente em operações policiais”.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluídos os cargos da carreira de delegado de Polícia, passam a ser os fixados na tabela constante do Anexo I, da presente Lei, na forma do que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 47, de 20 de dezembro de 1989.

Parágrafo Único - A composição do vencimento básico estabelecido neste artigo, com relação aos beneficiários desta lei, absorve, incorpora e extingue as gratificações de função (código 02P), concedida através de Decreto nº 5339, de 07 de fevereiro de 2002, e de representação (código 014), pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde (código 047), de regime especial de trabalho policial (código 015), previstas nos incisos II, V e VIII, do artigo 84 da Lei Complementar nº 14/82 e alterações posteriores, e quaisquer outras vantagens pecuniárias percebidas a qualquer título, ressalvadas a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva, adicionais por tempo de serviço, e outras vantagens de caráter compensatório de despesas efetivamente realizadas.

Art. 2º - Fica atribuída aos servidores policiais civis referidos no artigo anterior, e que se encontrem no efetivo exercício das suas funções, a gratificação pelo regime de tempo integral, e dedicação exclusiva, conforme valores constantes do Anexo II desta lei, corres-

pondente a 120% (cento e vinte por cento), a ser calculada sobre o vencimento básico das respectivas classes e carreiras, sendo-lhes vedado o exercício de quaisquer outras atividades remuneradas, ressalvadas a atividade de instrução junto à Escola Superior de Polícia Civil, ou as que se revelem compatíveis ao exercício.

Art. 3º - Os proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos de que tratam o artigo 1º desta lei, atenderão aos mesmos critérios adotados para a remuneração dos servidores policiais civis em atividades, observado o disposto no artigo 35, § 8º, da Constituição Estadual.

Art. 4º - Ficam unificadas as carreiras policiais civis de datiloscopista e de identificador datiloscópico, sob a denominação de papiloscopista, que observará os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições de ambas as carreiras unificadas por esta lei.

Parágrafo Único - Os atuais integrantes da carreira de identificador datiloscópico passam a integrar a 4ª classe da carreira de papiloscopista.

Art. 5º - Ficam unificadas as carreiras de técnicos em telecomunicações policiais e de operador em telecomunicações policiais, sob a denominação de agente em operações policiais, que absorverá os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições de ambas as carreiras unificadas por esta lei.

Parágrafo Único - Os atuais integrantes da carreira de operador em telecomunicações policiais passam a integrar a 4ª classe da carreira de agente em operações policiais.

Art. 6º - Aos investigadores de polícia compete:

I - cumprir, prontamente, com urbanidade e atenção as ordens superiores;

II - proceder a qualquer serviço de natureza policial ou de segurança de dia ou de noite, esteja ou não designado, desde que verifique a necessidade de fazê-lo em prol do sossego público, da garantia de vida ou da propriedade do cidadão, a preservação das instituições ou dos bens públicos, do respeito à lei e observância das normas regulamentares;

III - realizar qualquer serviço de natureza policial ou de segurança, a qualquer hora do dia ou da noite, esteja ou não designado, quando instado a fazê-lo pelo superior imediato ou autoridade policial a que se subordina, por seus agentes ou quando solicitado por qualquer cidadão;

IV - comunicar à autoridade policial a que estiver subordinado, qualquer fato grave ou potencialmente lesivo ou que demande investigação, chegados ao seu conhecimento;

V - prender ou fazer prender delinquentes contra os quais houver mandado de prisão ou em flagrante

delito, providenciando, neste caso, o acompanhamento de testemunhas;

VI - comparecer a serviço de plantão, rondas, guarda e vigilância de unidades policiais, segurança de pessoas e outros para os quais tenha sido escalado;

VII - zelar pela integridade física e moral, e guarda de presos provisórios, recolhidos nos setores de carceragem das unidades policiais civis, enquanto interessarem à investigação policial.

VIII - tomar providências sobre qualquer fato que lhe chegar ao conhecimento, de interesse do serviço policial, mesmo que se trate de assunto estranho às atribuições da unidade a que pertence;

IX - manter-se em estado permanente de vigilância na prevenção de crimes, contravenções ou atos anti-sociais que possam provocar insatisfações individuais ou coletivas e pôr em perigo o patrimônio público ou privado;

X - não abandonar o posto ou missão, sem ordem superior e até a chegada de substituto;

XI - cooperar, demonstrando espírito de colaboração, com as autoridades policiais seus agentes auxiliares, em todas as investigações para a descoberta de crimes e seus autores, empenhando o máximo esforço para o completo êxito das diligências;

XII - colocar o superior imediato a par da diligência, investigações ou atos de interesse policial, com objetividade, clareza, franqueza e lealdade;

XIII - estar sempre vigilante, em qualquer lugar onde se encontre, observando indivíduos suspeitos ou conhecidos como prejudiciais à tranquilidade pública;

XIV - participar do esquema de segurança da unidade policial, na vigilância externa e interna da edificação, concorrendo para a conservação das instalações e equipamentos de trabalho;

XV - participar de policiamento velado das vias públicas e dos centros de diversões para prevenir delitos e contravenções e reprimir atos anti-sociais perturbadores da normalidade comunitária e ordem pública;

XVI - apoiar a outros colegas, quando percebida necessidade ou sempre que atender às conveniências de oportunidades;

XVII - coletar informes e informações sobre atividades e fatos de natureza policial e de segurança, transmitindo-os à autoridade policial a que se subordina;

XVIII - assumir encargos complementares de motorista e carcereiros quando as circunstâncias ou ordens superiores o determinar;

XIX - usar a arma individual ou outras armas e equipamentos à sua disposição somente em situação de estado de necessidade, em legítima defesa, ou no estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito;

XX - lavrar autos de resistência;

XXI - zelar pela conservação dos bens materiais sob sua responsabilidade direta ou indireta, cuidando para que haja uso correto e manutenção permanente,

especialmente de armas, veículos e todos implementos utilizados em serviço;

XXII - chefiar a superintendência, seções, grupos e equipes de serviço de plantão, quando designado, desenvolvendo investigações, participando de diligências policiais ou integrando equipes de rondas ou policiamento velado;

XXIII - cumprir, a qualquer hora, as determinações da autoridade policial;

XXIV - informar a autoridade policial, através de relatório, sobre a conclusão das diligências investigatórias que lhe forem incumbidas;

XXV - manter-se atualizado quanto aos dados estatísticos da região, relativos a incidência criminal e aos infratores de norma penal;

XXVI - proceder às investigações necessárias para a averiguação da vida pregressa dos infratores da lei, de acordo com o que dispõe a legislação vigente;

XXVII - comunicar imediata e expressamente à autoridade policial titular da unidade a que serve toda e qualquer irregularidade de conduta cometida por servidor sob suas ordens;

XXVIII - guardar o máximo sigilo e não divulgar quaisquer fatos vinculados a atividades de polícia e segurança;

XXIX - inspecionar as viaturas alocadas à Unidade Policial, verificando suas condições de funcionamento e uso, comunicando qualquer avaria ou desvio de finalidade na sua utilização;

XXX - assegurar a perfeita manutenção dos veículos a serviço da unidade, no que concerne à limpeza geral, abastecimento e troca sistemática de lubrificantes;

XXXI - conduzir-se com sobriedade nas ações policiais ou quando em serviço na unidade policial, mantendo idêntico comportamento nas folgas do serviço;

XXXII - tratar o público com urbanidade e cortesia, com firmeza e serenidade, só empregando força física quando indispensável e na justa medida da necessidade;

XXXIII - observar todas as normas regulamentares sobre deveres e disciplina;

XXXIV - atender as convocações de autoridade ou unidade com a máxima presteza;

XXXV - desempenhar tarefas ou missões afins.

Art. 7º - Aos papiloscopistas compete:

I - efetuar a coleta de impressões digitais nos postos e seções de identificação;

II - colher as impressões das linhas papilares das extremidades digitais das mãos de todas as pessoas interessadas na aquisição de documentos;

III - colher impressões datiloscópicas de vítimas em locais de acidentes e de cadáveres no Instituto Médico legal;

IV - tomar as impressões digitais palmares e plantares quando necessário para qualquer trabalho técnico policial;

V - tomar as impressões digitais de pessoas presas ou detidas, qualquer que seja o motivo, por determinação de autoridade competente, mediante guia ou requisição;

VI - controlar em prontuários apropriados o registro geral, as passagens criminais e o respeito qualificativo das pessoas identificadas;

VII - elaborar estatísticas mensal da movimentação do serviço criminal;

VIII - determinar as fundamentais e os subtipos das impressões digitais, para fins de identificação pessoal, através do sistema "Juan Vucetich": Arco, Presilha Interna, Presilha Externa e Verticilo;

IX - detectar os pontos característicos: anastomose, encarne, ilhota, laguna, confluência, ponto, numeral, eme, forquilha, agulha, arpão emboque, desvio, bicúspide, cortada, encerro, ponta de linha, bifurcação, tridente e empalme;

X - contar as linhas de Galton e proceder a classificação déltica;

XI - determinar as anomalias congênitas e acidentais: anquilose, sindactilia, polidactilia, microdactilia, macrodactilia, adactilia e ectrodactilia;

XII - montagem das individuais datiloscópicas, classificando e codificando as planilhas decadatilaes, quanto aos seus qualificativos, arquivar através dos datilogramas com separação de fórmulas;

XIII - proceder pesquisa monodactilar, decadatilar e onomástica;

XIV - proceder confronto individual datiloscópico, para identificação de pessoas e cadáveres;

XV - identificar cadáveres vítimas de acidentes e outros, expedindo laudos para cada identificado;

XVI - emitir parecer técnico para instituir autos dos poderes judiciais, órgãos congêneres e Delegacias de Polícias, mediante solicitação;

XVII - prestar assistência na Capital e interior do Estado, quando solicitado, para fiscalizar concursos públicos e vestibulares no que se refere à autenticidade e veracidade das carteiras de identidade;

XVIII - emitir parecer técnico sobre a identificação individual, elaborar laudos de identificação e confrontos datiloscópicos;

XIX - comparecer a locais de crimes e de acidentes para identificação de vítimas;

XX - organizar e controlar todos os serviços pertencentes ao monodactilar;

XXI - classificar, pesquisar e comparar impressões digitais plantares e palmares no vivo e no morto, civil e criminalmente;

XXII - preparar, examinar, arquivar e manter atualizadas as fichas datiloscópicas civis e criminais;

XXIII - efetuar, independentemente, quando solicitado por autoridade policial ou judicial, levantamento de fragmentos datiloscópicos em local de crime com finalidade de identificar o autor;

XXIV - organizar e manter atualizados álbuns de fotografias e fitas de vídeo-arquivo de indiciados e suspeitos da prática de infrações penais;

XXV - realizar perícias datiloscópicas e necrodatiloscópicas e elaborar os respectivos laudos;

XXVI - efetuar trabalhos fotográficos necessários à execução das perícias datiloscópicas e necrodatiloscópicas;

XXVII - prestar assessoramento técnico-científico ao Diretor do Instituto de Identificação;

XXVIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 8º - Aos agentes em operações policiais compete:

I - proceder a qualquer serviço de natureza policial ou de segurança, de dia ou de noite, quando designado pela autoridade policial, sempre que verificada a necessidade de fazê-lo em prol do sossego público, da garantia de vida ou da propriedade do cidadão, a preservação das instituições ou dos bens públicos, do respeito à lei e observância das normas regulamentares;

II - auxiliar na execução de qualquer serviço de natureza policial ou de segurança, a qualquer hora do dia ou da noite, quando instado a fazê-lo pelo superior imediato ou autoridade policial a que se subordina, por seus agentes ou quando solicitado por qualquer cidadão;

III - examinar as condições dos equipamentos de comunicação, quando iniciar o turno de trabalho ou a operação que lhe incumbe, propondo à autoridade a que se subordina, caso necessário, a imediata assistência técnica, para a perfeita transmissão e recepção das mensagens de interesse policial;

IV - transmitir as mensagens de interesse policial com objetividade e clareza, obedecendo as ordens, instruções ou normas disciplinares sobre o uso do equipamento;

V - manter-se atento a fim de permitir a perfeita sistematização das mensagens recebidas e transmitidas;

VI - atender rigorosamente o turno de trabalho e quando a unidade estiver engajada em operação especial ou atendendo situações emergenciais, não se afastando do equipamento até completar-se a ação ou a sua substituição;

VII - manter a incolumidade do local de trabalho, evitando o manuseio indevido dos equipamentos e de documentos;

VIII - preservar o sigilo das mensagens e demais detalhes ou características das informações concernentes ao serviço;

IX - manter o sistema de telecomunicações da Polícia Civil em perfeitas condições, através de assistência permanente a equipamentos, linhas físicas, antenas e demais implementos técnicos;

X - proceder a execução de serviços e reparos, observando a especificação e procedimentos pertinentes, constantes dos esquemas e instruções de manutenção;

XI - zelar pela guarda e perfeito funcionamento de equipamentos de reserva, bem como de instrumentos e ferramentas sob a sua responsabilidade;

XII - propor, fundamentadamente, a instalação de novos equipamentos ou dispositivos técnicos, tendentes à melhoria do sistema;

XIII - assegurar a implantação e cumprimento das instruções e normas técnicas relacionadas aos equipamentos, oriundas do órgão fiscalizador competente;

XIV - preservar o sigilo sobre os dispositivos, equipamentos e documentos vinculados ao serviço;

XV - desempenhar outras atividades afins.

Art. 9º - Ficam extintos os cargos de técnico em manutenção policial e de auxiliar de manutenção policial, assegurando-se a remuneração de proventos e pensões equivalentes à remuneração dos cargos ora extintos e deles decorrentes.

Art. 10 - O quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado previsto no artigo 290 da Lei Complementar nº 14/82, alterada pela lei Complementar nº 69/93, passa ser o constante do Anexo II, desta Lei.

Art. 11 - Os artigos 8º, 9º, 10 e 13 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as suas posteriores alterações, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - São autoridades policiais:

I - o delegado geral da Polícia Civil;

II - os Delegados de Polícia.”

“Art. 9º - São agentes da autoridade policial:

I - os comissários de polícia (em extinção);

II - os investigadores de polícia.

III - os agentes em operações policiais”.

“Art. 10 - São auxiliares da autoridade policial:

I - os escrivães de polícia;

II - os papiloscopistas;”

“Art. 13 - São carreiras policiais:

I - delegado de polícia;

II - comissário de polícia (em extinção);

III - investigador de polícia;

IV - escrivão de polícia;

V - papiloscopista;

VI - agente em operações policiais.”

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

**À Diretoria Legislativa.**

ANEXO I  
A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº

Carreira	Classe	Vencimento Base
Investigador de Polícia	1ª	R\$740,26
	2ª	R\$692,82
	3ª	R\$648,91
	4ª	R\$608,27
	5ª	R\$562,06

Carreira	Classe	Vencimento Base
Escrivão de Polícia	1ª	R\$740,26
	2ª	R\$692,82
	3ª	R\$648,91
	4ª	R\$608,27

Carreira	Classe	Vencimento Base
Papiloscopista	1ª	R\$740,26
	2ª	R\$692,82
	3ª	R\$648,91
	4ª	R\$608,27

Carreira	Classe	Vencimento Base
Agente em Operações Policiais	1ª	R\$572,29
	2ª	R\$549,79
	3ª	R\$528,37
	4ª	R\$507,97

**Carreiras Policiais em Extinção**

<b>Carreira</b>	<b>Classe</b>	<b>Vencimento Base</b>
Técnico em Manutenção Policial	1ª	R\$493,55
	2ª	R\$474,83
	3ª	R\$456,97
	4ª	R\$439,98
Auxiliar de Manutenção Policial	1ª	R\$453,28
	2ª	R\$436,46
	3ª	R\$420,42
	4ª	R\$405,19
Comissário de Polícia	Única	R\$740,26
Adicionais por tempo de serviço não incluídos		

ANEXO II  
A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº

<b>Carreira</b>	<b>Classe</b>	<b>Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva TIDE</b>
Investigador de Polícia	1ª	R\$888,31
	2ª	R\$831,38
	3ª	R\$778,69
	4ª	R\$729,92
	5ª	R\$674,47

<b>Carreira</b>	<b>Classe</b>	<b>Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva TIDE</b>
Escrivão de Polícia	1ª	R\$888,31
	2ª	R\$831,38
	3ª	R\$778,69
	4ª	R\$729,92

<b>Carreira</b>	<b>Classe</b>	<b>Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva TIDE</b>
Agente em Operações Policiais	1ª	R\$686,74
	2ª	R\$659,74
	3ª	R\$634,04
	4ª	R\$609,56

**Carreiras Policiais em Extinção**

<b>Carreira</b>	<b>Classe</b>	<b>Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva TIDE</b>
Técnico em Manutenção Policial	1ª	R\$592,26
	2ª	R\$569,79
	3ª	R\$548,36
	4ª	R\$527,97
Auxiliar de Manutenção Policial	1ª	R\$543,93
	2ª	R\$523,75
	3ª	R\$504,50
	4ª	R\$486,22
Comissário de Polícia	Única	R\$888,32

ANEXO III  
A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº

<b>Carreiras</b>	<b>Classes</b>	<b>Nº Cargos</b>
Delegado de Polícia	1ª	42
	2ª	84
	3ª	126
	4ª	168

ANEXO III  
A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº

Carreiras	Classes	Nº Cargos
Investigador de Polícia	1ª	293
	2ª	586
	3ª	879
	4ª	1172
	5ª	1465
		4395
Escrivão de Polícia	1ª	80
	2ª	160
	3ª	240
	4ª	320
		800
Papiloscopista	1ª	40
	2ª	80
	3ª	120
	4ª	160
		400
Agente em Operações Policiais	1ª	23
	2ª	46
	3ª	69
	4ª	92
		230

Comissário de Polícia - Classe Única, Téc. em Manut. Policial e Auxiliar de Manut. Policial de 1ª à 4ª Classe (carreiras extintas)

MENSAGEM Nº 030/2002

Curitiba, 05 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com os mandamentos constitucionais contidos nos arts. 66, inciso I e II, e 87, inciso IV, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de

Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Fazenda, do Governo e da Administração e da Previdência, a mim apresentados através de expediente protocolado sob nº 4.893.745-4, onde configuram pareceres, projeções de custos, análises e levantamento que demonstram a validade e necessidade de que tal medida seja adotada.

Por outro lado, cabe ressaltar que a proposta nova carreira para servidores fazendários virá, quando implantada, ensejar melhores condições no desempenho da Secretaria de Estado da Fazenda no exercício de suas importantes funções pertinentes às atividades orçamentárias, financeiras, contábeis e de tributação, arrecadação e fiscalização.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º - Para efeito da presente lei:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço.

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade;

V - Grau de complexibilidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexibilidade de tarefas desempenhadas;



VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º - A carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

I - agente fazendário estadual A;

II - agente fazendário estadual B;

III - agente fazendário estadual C.

§ 2º - A Classe III de cada cargo, será classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe da carreira de agente fazendário estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º - O enquadramento na carreira de agente fazendário estadual - AFE, nos cargos de agente fazendário estadual A, B e C se dará na referência inicial de

classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo Único - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade da unidade de recursos humanos da Secretaria de Estado da Fazenda, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º - Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

I - Vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Adicional Fazendário;

IV - Salário - Família.

§ 1º - O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de agente fazendário estadual A e B, incorporável para todos os efeitos legais;

§ 2º - O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente à 50% por cento da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º - Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de agente fazendário estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º - Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10 - O desenvolvimento na carreira de agente fazendário estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11 - A progressão se dará na classe ao funcionário estável por antiguidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antiguidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firma-

dos com o Estado do Paraná e afastamento não remunerado para efetivo desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de agente fazendário estadual C: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de agente fazendário estadual B: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de agente fazendário estadual A: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12 - A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionamento estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13 - A primeira promoção para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14 - A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de progressão, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor ao Estado do Paraná, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15 - Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 dias contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16 - Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta lei, as disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 17 - Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o cargo técnico III, II e I, do Quadro Geral.

Art. 18 - O cargo de agente fazendário estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 19 - Não se aplica aos integrantes da presente carreira a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 20 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 21 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 1004/2002, do senhor Luiz Carlos Sobania, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre combate à dengue no município de Adrianópolis. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 1021/2002, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Renato Gaúcho, que pede esclarecimentos sobre efetivo e viaturas da Polícia Militar. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 368/2002, do senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre pavimentação asfáltica da Estrada da Ribeira. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 269/2002, do senhor deputado Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre convênios celebrados pelo Estado do Paraná com o município de Mallet. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº ATCC 252/2002, do senhor Guaracy Andrade, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre transferência de servidores do edifício Castello Branco, bem como sobre o novo museu a ser instalado naquele prédio. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG7340 e 341/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nºs 266/2002 e 265/2002, de autoria dos deputados Irineu Colombo e Nelson Justus, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/301/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 271/2001, de autoria do deputado Tiago Amorim, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/302/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, por ser contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/303/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 512/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, por ser contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/315/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria

da deputada Luciana Rafagnin, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/344/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 386/2002, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/304 a 314, 316 a 339 e 343/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

194/2002: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00, junto ao BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte da Região Metropolitana de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.630. **Anote-se - Arquite-se.**

092/2002: de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão do imóvel que especifica ao município de Curitiba, situado no bairro Novo Mundo, à Rua Primo Lourenço Tosin, o qual foi convertido em Lei nº 13.631. **Anote-se - Arquite-se.**

167/2002: de autoria do Poder Executivo que, prorroga por 4 (quatro) anos, a contar de 31 de dezembro de 2002, o prazo de que trata o artigo 2º, da Lei nº 12.106/98, o qual foi convertido em Lei nº 13.632. **Anote-se - Arquite-se.**

091/2002: de autoria do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a transferir o imóvel que especifica, situado no bairro das Mercês, em Curitiba, ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o qual foi convertido em Lei nº 13.633. **Anote-se - Arquite-se.**

664/2001: de autoria do deputado Algaci Tulio que, autoriza o Poder Executivo a criar o Serviço de Acupuntura e Homeopatia nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ela vinculados, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.634. **Anote-se - Arquite-se.**

002/2002: de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Prêmio do Mérito Universitário Paranaense, a ser concedido a estudantes de Instituições de Ensino Superior estabelecidos no Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.635. **Anote-se - Arquite-se.**

191/2002: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, dispõe que o município de Assaí passa a integrar a região administrativa do município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.636. **Anote-se - Arquite-se.**

679/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti que, institui o Programa Paz na Escola, de ação interdisciplinar e de participação comunitária para a

prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.637. **Anote-se - Arquivo-se.**

599/2001: De autoria do deputado Tony Garcia que, institui o Dia Estadual da Cultura e da Paz e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.638. **Anote-se - Arquivo-se.**

169/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, autoriza o Poder Executivo a ceder os direitos de uso do imóvel que especifica, à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Formosa do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 13.639. **Anote-se - Arquivo-se.**

696/2001: De autoria do Poder Executivo que, altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná), o qual foi convertido em Lei nº 13.640. **Anote-se - Arquivo-se.**

214/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Palmital, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.641. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Social Obra Missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora - OMAMUH, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 13.642. **Anote-se - Arquivo-se.**

579/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas que, declara de Utilidade Pública a Associação de Estudantes de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio, o qual foi convertido em Lei nº 13.643. **Anote-se - Arquivo-se.**

646/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.644. **Anote-se - Arquivo-se.**

172/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores La Salle, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.645. **Anote-se - Arquivo-se.**

034/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de São João da Boa Vista, o qual foi convertido em Lei nº 13.646. **Anote-se - Arquivo-se.**

035/2002: De autoria do deputado Chico Noroeste que, declara de Utilidade Pública o NASA - Núcleo de Ação Solidária à AIDS, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 13.647. **Anote-se - Arquivo-se.**

071/2002: De autoria do deputado Ângelo Vanhoni que, declara de Utilidade Pública a ONG - Organização

Não Governamental Ambiental Norte do Paraná, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra, o qual foi convertido em Lei nº 13.648. **Anote-se - Arquivo-se.**

093/2002: De autoria do deputado Edno Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jussara, com sede no município de Jussara e foro no município de Cianorte, o qual foi convertido em Lei nº 13.649. **Anote-se - Arquivo-se.**

126/2002: De autoria do deputado Chico Noroeste que, declara de Utilidade Pública a Casa de recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 13.650. **Anote-se - Arquivo-se.**

212/2002: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Associação de Projeto Renascer, com sede e foro no município de Palmeira, o qual foi convertido em Lei nº 13.651. **Anote-se - Arquivo-se.**

192/2002: De autoria do deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação de Voluntários Semeadores com sede e foro no município da Lapa, o qual foi convertido em Lei nº 13.652. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/2002: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim dos Bancários, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.653. **Anote-se - Arquivo-se.**

186/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santa Fé, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.654. **Anote-se - Arquivo-se.**

185/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação Missionária Cristã - AMC, com sede e foro em Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.655. **Anote-se - Arquivo-se.**

171/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores São Miguel de Cinco Mil, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.656. **Anote-se - Arquivo-se.**

178/2002: De autoria do deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.657. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/2001: De autoria do deputado Elio Rusch que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon, o qual foi convertido em Lei nº 13.658. **Anote-se - Arquivo-se.**

156/2002: De autoria da deputada Luciana Rafagnin que, declara de Utilidade Pública a Fundação Estadual de Cidadania, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.659. **Anote-se - Arquivo-se.**

170/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.660. **Anote-se - Arquivo-se.**

166/2002: De autoria do deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Santa Terezinha, com sede e foro no município de Paranavaí, o qual foi convertido em Lei nº 13.661. **Anote-se - Arquivo-se.**

135/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Santo Rei, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa, o qual foi convertido em Lei nº 13.662. **Anote-se - Arquivo-se.**

009/2002: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinatti que, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangelizadora Beneficente - ACEB, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.663. **Anote-se - Arquivo-se.**

239/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antonio de Jesus Rorato, o qual foi convertido em Lei nº 13.664. **Anote-se - Arquivo-se.**

407/2002: De autoria da Procuradoria Geral de Justiça que, institui a Gratificação Especial de Produtividade dos Servidores do Ministério Público, conforme específica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 13.665. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 265/2002, do senhor Jair Sarmiento da Silva, Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos, comunicando que a Agência Nacional de Águas - Ana e Sanepar assinaram Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado, referente ao empreendimento ETE Cic/Xisto, município de Curitiba, no valor de R\$4.584.000,00, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 267/2002, do senhor Jair Sarmiento da Silva, Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos, comunicando que a Agência Nacional de Águas - ANA e Sanepar assinaram o Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado, referente ao empreendimento ETE Padilha Sul, município de Curitiba, no valor de R\$3.994.900,00, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 266/2002, do senhor Jair Sarmiento da Silva, Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos, comunicando que a Agência Nacional de Águas - ANA e Sanepar assinaram o Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado, referente ao empreendimento ETE Tamandaré,

município de Almirante Tamandaré, no valor de R\$751.680,00, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 55/2002, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/SEEG/348/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 507/2002, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/410/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademir Traiano, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/345/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 159/2002, do deputado Sérgio Spada, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/346 e 347/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

385/2002: De autoria do Poder Executivo que, revoga o § 3º, do artigo 24, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o qual foi convertido em Lei nº 13.671. **Anote-se - Arquivo-se.**

220/2002: De autoria do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$482.763,00, conforme específica, o qual foi convertido em Lei nº 13.672. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob nº CTL/SEEG/349/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 030/2002, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/351/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 604/2001, do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/352/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO INTE-

GRALMENTE o Projeto de Lei nº 269/2000, do deputado Edson Praczyk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/353/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 006/2002, do deputado Ademir Traiano, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/402/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 371/99, do deputado Ricardo Maia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/403/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 658/2001, do deputado Sérgio Spada, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/421/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 467/2002, do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SEEG/416/2002, do senhor governador do Estado, comunicando o seu afastamento do país, no período de 23 de julho a 05 de agosto próximo, com destino à Alemanha, a fim de, em Berlim, atendendo convite, participar do 21º Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos, bem como para receber o prêmio “Sir Robert Mathew” de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 411, 412, 413, 414, 415, 417, 419 e 420/2002, do senhor governador do Estado, comunicado haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

**410/2002:** De autoria do deputado Hermas Brandão que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Conselheiro Mairink, o qual foi convertido em Lei nº 13.673. **Anote-se - Arquivo-se.**

**020/2001:** De autoria do deputado Edson Praczyk que, acresce artigo e parágrafo único na Lei nº 12.970/2000, renumerando o artigo 3º, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 13.674. **Anote-se - Arquivo-se.**

**149/2002:** De autoria do deputado Cezar Silvestri que, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelé-

trica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga, o qual foi convertido em Lei nº 13.675. **Anote-se - Arquivo-se.**

**265/2002:** De autoria do deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Abapan, com sede e foro no município de Castro, o qual foi convertido em Lei nº 13.676. **Anote-se - Arquivo-se.**

**268/2002:** De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Theotônio Netto - APM, com sede e foro no município de Moreira Sales, o qual foi convertido em Lei nº 13.677. **Anote-se - Arquivo-se.**

**276/2002:** De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade São Roque, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.678. **Anote-se - Arquivo-se.**

**277/2002:** De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública o Clube Esportivo e recreativo Sagrada Família, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.679. **Anote-se - Arquivo-se.**

**279/2002:** De autoria do deputado Ademir Bier que, declara de Utilidade Pública o Centro Espírita André Luiz, com sede e foro no município de Terra Roxa, o qual foi convertido em Lei nº 13.680. **Anote-se - Arquivo-se.**

**309/2002:** De autoria do deputado Ricardo Maia que, declara de Utilidade Pública a Equipe de promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no mesmo município, o qual foi convertido em Lei nº 13.681. **Anote-se - Arquivo-se.**

**314/2002:** De autoria do deputado Eli Ghellere que, declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no município de Medianeira, o qual foi convertido em Lei nº 13.682. **Anote-se - Arquivo-se.**

**336/2002:** De autoria do deputado Miltinho Pupio que, declara de Utilidade Pública o Provopar do município de Marilândia, com sede e foro no município de Marilândia do Sul, o qual foi convertido em Lei nº 13.683. **Anote-se - Arquivo-se.**

**414/2001:** De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública o Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos - CFMG, com sede e foro no município de Guaíra, o qual foi convertido em Lei nº 13.684. **Anote-se - Arquivo-se.**

**443/99:** De autoria do deputado Moysés Leônidas que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.685. **Anote-se - Arquivo-se.**

**645/2001:** De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Central Associações Comunitárias do município de Roncador, com sede no

município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.686. **Anote-se - Arquivo-se.**

648/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - ACNOSSA, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.687. **Anote-se - Arquivo-se.**

653/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - ACRUZ, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.688. **Anote-se - Arquivo-se.**

655/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.689. **Anote-se - Arquivo-se.**

656/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.690. **Anote-se - Arquivo-se.**

230/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Mãe Solidária - CAMS, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 13.691. **Anote-se - Arquivo-se.**

234/2002: De autoria do deputado Ricardo Chab que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Bela Vista, com sede e foro no município de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.692. **Anote-se - Arquivo-se.**

242/2002: De autoria do deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Liga das Associações Culturais de Assaí - LACA, com sede e foro na cidade de Assaí, o qual foi convertido em Lei nº 13.693. **Anote-se - Arquivo-se.**

243/2002: De autoria do deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública o Centro de educação Infantil Débora Dias, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.694. **Anote-se - Arquivo-se.**

245/2002: De autoria do deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.695. **Anote-se - Arquivo-se.**

247/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Padre Jorge Scholl, com sede e

foro na Comarca de Ubatã, o qual foi convertido em Lei nº 13.696. **Anote-se - Arquivo-se.**

263/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 13.697. **Anote-se - Arquivo-se.**

250/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - AECM, com sede e foro na Comarca de Campo Mourão, o qual foi convertido em Lei nº 13.698. **Anote-se - Arquivo-se.**

168/2002: De autoria do deputado Nereu Moura que, declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Catanduvas, com sede e foro no município de Catanduvas, o qual foi convertido em Lei nº 13.699. **Anote-se - Arquivo-se.**

197/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.700. **Anote-se - Arquivo-se.**

037/2002: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 10.654/93, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí, o qual foi convertido em Lei nº 13.701. **Anote-se - Arquivo-se.**

229/2002: De autoria do deputado Chico Noroeste que, declara de Utilidade Pública a Associação de Irmãs Beneficente Evangélicas da Vila Pérola - AIBEP, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 13.702. **Anote-se - Arquivo-se.**

702/2001: De autoria do deputado Ademir Bier que, declara de Utilidade Pública Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.703. **Anote-se - Arquivo-se.**

675/2001: De autoria do deputado Geraldo Cartário que, dispõe que o Colégio Estadual, edificado no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande, passa a denominar-se Colégio Estadual Senhora Olindamir Merlin Claudino, o qual foi convertido em Lei nº 13.704. **Anote-se - Arquivo-se.**

212/2000: De autoria do deputado Ricardo Maia que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Annibal Bianchini da Rocha, o qual foi convertido em Lei nº 13.705. **Anote-se - Arquivo-se.**

097/2002: De autoria do deputado Caíto Quintana que, declara de Utilidade Pública a Associação Monte Sião, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual foi convertido em Lei nº 13.706. **Anote-se - Arquivo-se.**

122/2002: De autoria do deputado Augustinho Zucchi que, declara de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais de Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - Acamsop/14, com sede e foro no município

de Pato Branco, o qual foi convertido em Lei nº 13.707.

**Anote-se - Arquivo-se.**

138/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Goioerê, com sede e foro no município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.708. **Anote-se - Arquivo-se.**

152/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Pedro do Piquiri, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.709. **Anote-se - Arquivo-se.**

246/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro na comarca de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.710. **Anote-se - Arquivo-se.**

244/2002: De autoria do deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva, o qual foi convertido em Lei nº 13.711. **Anote-se - Arquivo-se.**

236/2002: De autoria do deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 13.712. **Anote-se - Arquivo-se.**

219/2002: De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 13.713. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina, o qual foi convertido em Lei nº 13.714. **Anote-se - Arquivo-se.**

177/2002: De autoria do deputado Eli Ghellere que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Barreiro, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê, o qual foi convertido em Lei nº 13.715. **Anote-se - Arquivo-se.**

674/2001: De autoria do deputado Geraldo Cartário que, dispõe que o Colégio Estadual, edificado no bairro Santa Terezinha, no município de Fazenda Rio Grande, passa a denominar-se Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Perreira, o qual foi convertido em Lei nº 13.716. **Anote-se - Arquivo-se.**

329/2002: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Jairo Sampaio Viena, com sede no município de Jardim Alegre e foro no município de Ivaiporã, o qual foi convertido em Lei nº 13.717. **Anote-se - Arquivo-se.**

316/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a ONG Bombinhas Ação Laços e Abraços, com sede e foro no município de Curitiba/PR., o qual foi convertido em Lei nº 13.718. **Anote-se - Arquivo-se.**

251/2002: De autoria do deputado Moysés Leônidas que, declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações, Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.719. **Anote-se - Arquivo-se.**

249/2002: De autoria do deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração - C.R.E.R., com sede e foro no município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 13.720. **Anote-se - Arquivo-se.**

081/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Clube Anos Dourados, o imóvel que especifica, situado no município de Andirá, o qual foi convertido em Lei nº 13.721. **Anote-se - Arquivo-se.**

085/2002: De autoria do deputado Divanir Braz Palma que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 13.722. **Anote-se - Arquivo-se.**

129/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, dá nova redação aos artigos 2º e 3º, da Lei nº 11.182/95, alterada pela Lei nº 13.290/2001, o qual foi convertido em Lei nº 13.723. **Anote-se - Arquivo-se.**

146/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.724. **Anote-se - Arquivo-se.**

226/2002: De autoria do deputado Nelson Justus que, autoriza o Poder Executivo a ceder à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, o imóvel que especifica, situado na cidade de Guaratuba, o qual foi convertido em Lei nº 13.725. **Anote-se - Arquivo-se.**

651/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 13.726. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/2002: De autoria do Poder Executivo que, estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2003, o qual foi convertido em Lei nº 13.727. **Anote-se - Arquivo-se.**

399/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, difere o pagamento do ICMS nas operações internas com os equipamentos que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 13.728. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/2002: De autoria do deputado Plauto Miró Guimarães que, autoriza a construção da Usina Termelê-



trica no município de Carambeí, o qual foi convertido em Lei nº 13.729. **Anote-se - Arquivo-se.**

283/2002: De autoria dos deputados Durval Amaral e Duílio Genari que, autoriza a construção de Pequena Central Hidrelétrica São Francisco, no Rio São Francisco Verdadeiro, com eixo de barragem localizada entre os municípios de Toledo e Ouro Verde do Oeste, o qual foi convertido em Lei nº 13.730. **Anote-se - Arquivo-se.**

Lei Complementar nº 082/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, dá nova redação ao artigo 176 da lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, o qual foi convertido em Lei Complementar nº 93. **Anote-se - Arquivo-se.**

466/2002: De autoria do deputado Durval Amaral que, autoriza o Poder Executivo a incluir o município de Cafeára na circunscrição territorial do 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná e 2ª Companhia de Porecatu, o qual foi convertido em Lei nº 13.731. **Anote-se - Arquivo-se.**

292/2002: De autoria do deputado Basílio Zanusso que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Nova Esperança, o qual foi convertido em Lei nº 13.732. **Anote-se - Arquivo-se.**

363/2002: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Idalina, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 13.733. **Anote-se - Arquivo-se.**

331/2002: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro que, declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Sol Nascente, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 13.734. **Anote-se - Arquivo-se.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de duas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei nºs 529/2002 (Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Paraná) e 530/2002 (Carreira de Agente Fazendário Estadual).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Valdir Martinazzo, com votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora

Arcila Radaele Martinazzo, ocorrido no último mês de julho.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da senhora Arcila Radaele Martinazzo, deixou consternada toda a população de Três Barras do Paraná. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos uma dor e saudade irreparáveis.

As pessoas que conviveram com a senhora Arcila são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra. Por isso, queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares da senhora Arcila, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

### REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Sampaio, do município de Ibema (Adão Carlito Sampaio - filho e José Sampaio - esposo) à Rua Goiás, s/n - CEP 85478-000) com votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Binísia Antunes Sampaio, ocorrido no último mês de julho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da senhora Binísia Antunes Sampaio, deixou consternada toda a população de Ibema. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos uma dor e saudade irreparáveis.

As pessoas que conviveram com a senhora Binísia são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra. Por isso, queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares da senhora Binísia, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

### REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Ordela, do

município de Rio Bonito do Iguaçu, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Luciano Ordela, ocorrido no último mês de julho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Luciano Ordela, deixou consternada toda a população de Rio Bonito do Iguaçu.

Filho de Genoveva e Miguel Ordela, deixará em todos os seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparáveis. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Ordela e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar, aos familiares da senhora Tereza de Paula, falecida no município de Mallet, em 30 de julho do corrente ano.

Outrossim, solicitamos dar ciência deste aos familiares da extinta no seguinte endereço: Rua Major Estevão, 180 - Mallet / PR, CEP 84570-000.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A senhora Tereza de Paula, deixa o esposo Valdemar de Paula; um filho: Vilmar de Paula; duas filhas: Vanda e Sandra de Paula; cinco netos e muita saudade nos amigos e vizinhos que a conheciam, como esposa e mãe exemplar que foi durante toda sua vida.

#### REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Enéas Ludgero, ocorrido no dia 03 de agosto de 2002, na cidade de Curitiba.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa senhora Paulina dos Santos Ludgero e aos filhos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José de Alencar, nº 2120 - ap. 11F - CEP: 80040-070, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar nos Anais desta Casa de Leis, pelo falecimento do senhor Walter Pinatti, ocorrido na cidade de Maringá, dia 28 de julho pp.

O pranteado cidadão, mercê da sua dedicação ao trabalho, da sua devoção às causas beneméritas, da sua constante participação em movimentos sociais e comunitários, deixa entristecido vasto círculo de amizades, principalmente na cidade de Loanda, onde morou por muitos anos, e em Maringá, onde residia ao lado da família.

Walter Pinatti foi presidente do Loanda Tênis Clube e dedicou muitos anos da sua profícua existência ao ensino profissionalizante como professor de mecânica na Escola Técnica Mozarzinho, além de partilhar politicamente dos postulados do antigo Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, do qual foi dirigente.

Atualmente dedicava-se à sua empresa Trinicon - Representações de Ferragens, com sede em Maringá.

Deixa a esposa Alice da Silva Pinatti, os filhos Walter Pinatti Filho, Maria Alice Pinatti e Márcia Regina Pinatti de Oliveira.

Que da decisão se dê conhecimento às autoridades constituídas de Loanda e à família Pinatti, no seguinte endereço: Maria Alice Pinatti, Rua Martim Afonso, 1217 - ap. 102 - Edifício Residencial Sul - CEP 87010-411, Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Iretama, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Iretama (Rua Guaporé, 151 - CEP 87280-000, Iretama / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Av. Paraná, 510 - CEP 87280-000, Iretama / PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Barbosa Ferraz, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz (Av. Kennedy, 363 - CEP 86960-000, Barbosa Ferraz / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Marechal Floriano Peixoto, 790 - Caixa Postal 21 - CEP 86960-000, Barbosa Ferraz / PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Goioerê, pelas comemorações alusivas aos 47 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de agosto do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Mamborê (Rua Amazonas, 280 - CEP 87360-000, Goioerê / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Amazonas, 270 - Caixa Postal 101 - CEP 87360-000, Goioerê / PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Fênix, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Fênix (Rua Jangada, 25 - CEP 86950-000, Fênix / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Jangada, 25 - CEP 86950-000, Fênix / PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Moreira Sales, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 25 de julho do corrente ano.

Requer ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Moreira Sales (Rua Otto Macedo, 629 - CEP 87170-000, Moreira Sales / PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Av. João T. M. Salles Neto, 700 - CEP 87170-000, Moreira Sales / PR).

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao senhor Fellip Mazzola, pela vitória no Campeonato Internacional de Gaita Ponto, na categoria juvenil, realizado no período de 26 de janeiro a 03 de fevereiro de 2002, no município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações ao senhor Egídio Davies, técnico da Receita Federal do município de Foz do Iguaçu, pelo recebimento do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, ocorrido no dia 19 de junho de 2002.

A Secretaria Nacional Antidrogas, em reconhecimento ao excelente trabalho realizado pelo senhor Egídio Davies e pela sua significativa contribuição à causa da redução da demanda de drogas no Brasil, conferiu-lhe o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, outorgado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações ao Sr. Egídio Davies, técnico da Receita Federal do município de Foz do Iguaçu, pelo recebimento do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, ocorrido no dia 19 de junho de 2002.

A Secretaria Nacional Antidrogas, em reconhecimento ao excelente trabalho realizado pelo Sr. Egídio Davies e pela sua significativa contribuição à causa da redução da demanda de drogas no Brasil, conferiu-lhe o Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, outorgado pelo Exmo. senhor presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Rainolfo Hoffmann e Abigail da Fonseca Hoffmann, que completou 60 anos de união conjugal, celebrando bodas de diamante.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sindicato dos Arrumadores de Antonina, que comemorou 66 anos de atividades.

Sua fundação ocorreu em 25 de junho de 1.936 devido à grande demanda existente de mão-de-obra para trabalho terrestre.

No início, o trabalho era executado sem maiores formalidades e por muitos anos os arrumadores atuaram, muitas vezes, com risco de vida, sem a menor segurança ou garantia, até que em janeiro de 1.944, a entidade foi organizada formalmente, constituindo-se em Sindicato dos Arrumadores de Antonina.

Em 15 de janeiro de 1944, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e devidamente apostilado em 15 de março de 1955.

As atividades portuárias em Antonina foram marcadas, nas duas décadas seguintes, por momentos altos e baixos, chegando quase a sua paralisação total, o que ocasionou sérios transtornos para todos os trabalhadores que tinham se dedicado incondicionalmente a esse serviço. Acreditando que novas oportunidades surgiriam em relação ao serviço portuário, permaneceram confiantes esperando pelo surgimento desse trabalho, o qual, com a instalação dos Terminais Portuários e a reativação das atividades no Porto de Antonina, conseguiu reerguer-se e voltar ao funcionamento normal. De forma contínua, o Sindicato sempre esteve ao lado dos trabalhadores em suas lutas e não mediu esforços para o sucesso pleno desta atividade tão importante e essencial ao nosso Estado. Após 66 anos de atividades, o Sindicato dos Arrumadores de Antonina após tanto trabalho e esforço merece nosso orgulho, consideração e respeito. Entidades como estas devem ser enaltecidas e homenageadas, motivo pelo qual originou-se esta manifestação de júbilo. Aos dirigentes e ex-dirigentes, associados, funcionários e

colaboradores em geral, estendemos os melhores cumprimentos em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de nosso País, particularmente de nosso Estado do Paraná, augurando-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Rufino Lopes e Alice de Azevedo Lopes, que completa 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações, ao comandante da Polícia Militar do Paraná, coronel Gilberto Foltran, pela passagem dos 148 anos da Corporação, que transcorrerá no dia 10 de agosto do corrente ano.

Outrossim, solicitamos dar ciência deste ao senhor comandante da Polícia Militar, no seguinte endereço: Av: Mal. Floriano Peixoto 1401 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP: 80.230-110.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que comemoramos o 148º aniversário da Polícia Militar do Paraná, enaltecemos os relevantes serviços prestados pela corporação aos diversos segmentos da sociedade. Nesta data, há que se registrar a valorosa contribuição da ordem pública, a segurança da coletividade, a defesa diuturna do cidadão paranaense e o combate sistemático à criminalidade.

Registre-se, igualmente, os cumprimentos ao comando da corporação e aos seus valorosos membros que atuam nos destacamentos operantes em todo o Estado. Parabéns à Polícia Militar do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando a transformação da Extensão Universitária de Medianeira em Campus da Unioeste.

A Extensão Universitária de Medianeira oferece atualmente apenas um curso de graduação. Sua transformação em Campus da Unioeste permitirá que seja oferecido um maior número de cursos e evitará que os acadêmicos se desloquem a outros centros, percorrendo uma grande distância com um gasto excessivo de tempo.

Além disso, não ficarão expostos a riscos de acidentes nas rodovias. Toda população medianeirense e da microrregião anseia por esta mudança, pois sabem da grande importância da Unioeste no contexto educacional e na formação da cidadania.

Tendo em vista a necessidade da população de ser contemplada com o atendimento do pedido, solicitamos do Governo do Estado que dedique uma atenção especial ao pleito, visto que a reivindicação é justa e de grande necessidade.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 531/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Será materializada em documento eletrônico a informação relativa a pedido de providência ou procedimento, independente da existência de prazo para atendimento, atribuído a órgão da administração pública direta, indireta, fundacional e à empresa pública.

§ 1º - Equipara-se para os efeitos desta lei a empresa ou entidade prestadora de serviço público concedido ou permitido.

§ 2º - Considera-se informação a mensagem, a solicitação, a notificação, a intimação, recebida através de qualquer meio de comunicação, que possa ser convertida em linguagem escrita brasileira.

§ 3º - Quando recebida através de meio eletrônico, a conversão corresponderá à integridade da informação, ou um resumo contendo a sua essência.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica à informação:

I - contida em documento onde tenha sido aposto recibo ou número de protocolo;

II - que deva ser protocolada no prazo e forma prevista em lei ou em outro instrumento normativo;

III - cuja providência a ela relacionada deva ser objeto de divulgação através de órgão oficial de imprensa.

Art. 3º - Será transmitida ao interessado na informação uma resposta comprovando o seu recebimento, a qual receberá um número de registro, com data e hora obtidas por protocolização digital, e que ficará disponível em página da Internet do órgão, empresa ou entidade transmissora.

§ 1º - O disposto na parte final deste artigo não se aplica quando a resposta for enviada pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR).

§ 2º - A resposta deverá ser enviada pelo correio, quando este tiver sido o meio utilizado pelo interessado na informação, ou quando for do interesse do responsável pela providência ou procedimento com ela relacionado.

§ 3º - Para ter direito à resposta o interessado deverá identificar o nome ou razão social, endereço, número de inscrição do Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, e endereço eletrônico, se possuir.

§ 4º - Quando a providência ou procedimento relacionado com a informação depender de prazo de atendimento, este deverá constar da resposta.

§ 5º - O sistema de protocolização deverá ter data e hora sincronizada com um sistema público, operar como servidor para outros sistemas, estar protegido da ação externa sobre as suas bases de dados e algoritmos e permitir a auditoria sobre as suas operações.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de até noventa dias da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposta de lei visa instituir regras sobre a protocolização digital de informações junto à administração pública do Estado.

A matéria foi embasada na Lei nº 12137, do Estado de Santa Catarina e tem como objetivo principal a materialização das informações, para que estas, muitas vezes consubstanciadas com interesse público relevante, não passem ao largo da apreciação da administração.

É importante ser impressa materialidade às informações não protocoladas dos usuários de bens e serviços, que são encaminhadas sob a forma de pedidos, reclamações, denúncias, etc, pessoalmente ou por telefone.

Pretende-se, através da presente proposição, tornando obrigatória a conversão das informações em documento eletrônico, a transformação em provas que os interessados delas possam fazer uso, em caso de necessidade. O meio a ser utilizado (meio eletrônico) é uma forma moderna e econômica de registro, detendo avançadas técnicas de segurança em computação.

A iniciativa vem a dispensar a conversão das informações entregues com recibo, como aquelas protocoladas na forma tradicional.

Por entender que a inserção da presente proposta no ordenamento legislativo do Estado do Paraná poderá resultar em avanços aos contribuintes e na prestação dos serviços públicos, solicitamos aos nobres pares desta Casa, a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 532/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Curitiba, com sede e foro no município de Goioerê - Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores do Jardim Curitiba, fundada em 1989, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes.

Tem sede e foro no Conjunto Contorno Norte, s/n, Jardim Curitiba, município de Goioerê, Estado do Paraná.

A Associação de Moradores do Jardim Curitiba tem por finalidade:

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade do Jardim Curitiba, seus problemas, recursos e aspirações;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária do bairro;
- representar os moradores de bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade;
- receber e distribuir recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza;
- colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro ou vila, pleiteando as respectivas soluções.

Atualmente a Amojac realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de 2000 a 2002.

Tendo em vista os trabalhos realizados pela atual diretoria, achamos que a referida Associação seja merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual, razão para que solicitamos o apoio dos senhores deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 533/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense Pró Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Pró Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede na Rua Visconde de Nacar, nº 139, nesta Capital, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e sem distinção de raça, sexo ou convicção religiosa e tem por objetivos:

- a valorização de menores e adolescentes carentes, no Estado do Paraná;
- o incentivo da capacitação e formação de mão-de-obra para os integrantes desse segmento da população, na área do turismo e seus correlatos, em todas as suas modalidades com vistas à geração de emprego e renda e o desenvolvimento auto-sustentável;
- a prestação de cursos gratuitos de formação e capacitação profissional a menores e adolescentes de menor poder aquisitivo, ministrado por iniciativa da própria sociedade ou em parceria com terceiros, inclusive com Poder Público;
- a criação e execução de projetos relacionados com o turismo esporte e valorização da cidadania;
- a criação e execução de projetos relacionados com preservação do meio ambiente na área do turismo;
- a celebração de convênios, com entes públicos, universidades e empresas particulares, com vistas à concretização dos objetivos sociais;
- desenvolvimento de projetos de planejamento para o setor público e privado com acompanhamento e avaliação de resultados visando garantir execução e desenvolvimento sustentável;
- a realização por conta própria ou de terceiros de eventos, congressos, simpósios seminários e workshops relacionados com esportes e turismo, formação e capacitação de mão-de-obra, qualidade e produtividade na indústria do turismo e outros;
- a edição de livros, guias e outras publicações relacionadas com as atividades de turismo e esportes;

- a participação em projetos afins em conjunto com o Poder Público, com outras entidades ou organizações Não Governamentais e empresas particulares;

- a participação no quadro social de outras entidades não governamentais.

A referida associação, através do relatório apresenta as atividades desenvolvidas no 1º semestre de 2002, anexando os devidos documentos.

Sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de Utilidade Pública Estadual, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos, apoio da comunidade empresarial bem como dos órgãos públicos.

Desta forma, esperamos o devido apoio e aprovação deste projeto de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa Associação.

#### PROJETO DE LEI Nº 534/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário KM 128, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário km 128, com sede própria na Escola Manoel da Nóbrega, estrada da Boiadeira, km 128, foro jurídico na Comarca de Campo Mourão - PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, organizada exclusivamente para a apresentação de serviços sócio-comunitários aos moradores pertencentes às zonas urbanas e rural do km 128, e tem por finalidade a realização dos seguintes objetivos:

1 - promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramento, com recursos próprios obtidos por doação ou empréstimos;

2 - proporcionar a melhoria do convívio entre os seus habitantes, através da integração de seus moradores;

3 - proporcionar, aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

4 - promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;

5 - congregar os habitantes da comunidade, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, ideologia política e posição social, a fim de baseado na ajuda mútua, promover a melhoria da qualidade de vida de suas famílias e;

6 - reivindicar junto aos órgãos, melhorias, reparos, ou implantação de serviços de infra-estruturas e equipamentos de interesse da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 535/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina - PR., é uma entidade de caráter científico, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, registrada em cartório de títulos e documentos.

É uma entidade que tem como principal objetivo promover o progresso da Medicina de Adolescente sem todos os seus aspectos, estimulando a criação e colaboração na organização de serviços de saúde adequados para adolescentes, realizando pesquisas relativas à saúde e desenvolvimento bio-psico-social dos mesmos.

Sem dúvida a Associação Brasileira de Adolescência, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses dos adolescentes de Londrina.

#### PROJETO DE LEI Nº 536/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade Vovô Feliz Medianeira com sede no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, pretendemos facilitar o desenvolvimento cultural e integrativo de Medianeira o qual já vem sendo desempenhado em grande parte pela Associação da Terceira Idade Vovô Feliz.

Somos testemunha do grande trabalho que a Associação da Terceira Idade Vovô Feliz Medianeira realiza ao atendimento de inúmeros idosos. Somos sabedores da importância dos trabalhos em prol da integração da terceira idade, influenciando inclusive na qualidade de vida da população.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Sabíamos que agora na campanha eleitoral, muito daquilo que era falado poderia acontecer, e realmente, está acontecendo.

Primeiro, nesta Casa de Leis, S. Exa. o presidente Hermas Brandão remete a cada um dos senhores deputados, o respeito pela legislação vigente no que concerne à Lei Eleitoral, aonde diversos itens a cada um de nós deputados, são reclamados pelo presidente, para tomarmos, além do conhecimento que já temos, as precauções devidas para não cometermos crime eleitoral.

Senhor presidente, estou enviando à Mesa Executiva, um requerimento referente ao Tribunal de Contas do Paraná, aonde os senhores deputados, nas suas bases, principalmente os deputados da Base Situacional, estão sofrendo pressões, não é o meu caso.

Não possuo prefeito algum no Estado do Paraná me apoiando. Mas, não admito, senhor presidente e senhores deputados, que usem de cargos para prevalecer este ou aquele candidato, parente ou não parente.

Pára Paraná! Se nós, deputados nesta Casa, através do presidente, da Mesa Executiva, temos que seguir a lei, essa lei deve ser estendida ao Órgão Auxiliar desta Casa, que é o Tribunal de Contas. Além do mais, senhor presidente, também é o Poder Executivo. Tem secretário de Estado ameaçando prefeito, que não vai receber a segunda, a terceira ou a quarta parcela de convênios pré-estabelecidos. Não é pressão só do Tribunal. É pressão também do Executivo, que tenta levantar um candidato que não consegue sair do chão.

E nós, como deputados que queremos uma eleição livre, tranqüila, soberana, que vá ao encontro da razão, não admitimos, senhores deputados, que essas coisas continuem a acontecer no Paraná.

Não fosse a pressão, tem ainda a certidão fria que foi distribuída não sei porque e por quem, e que precisa a Justiça do Paraná, a Promotoria, a Procuradoria resgatar realmente, aquilo que era mais caro a todos os prefeitos. Eu que fui prefeito de Ponta Grossa, quando pegava uma certidão do Tribunal de Contas do Paraná, era uma certidão pra valer. E agora, infelizmente, deputado Edno Guimarães, têm certidões frias no Estado, para conseguirem a liberação de convênios, liberação de recursos, fazerem como que estivessem quites com a prestação de contas feita àquele Tribunal.

Estou levantando esta questão, ilustre deputado Hermas Brandão, para que V. Exa. oficie ao presidente do Tribunal de Contas do Paraná, para que aquele Órgão fique isento e imune a pressões, a infiltrações e principalmente a indicações de candidatos.

Falei a prefeitos que são dos meus colegas, inclusive o prefeito do ilustre deputado Miltinho Pupio que dizia da pressão que estava sofrendo e eu disse: olhe, continue com o Miltinho Pupio, continue com ele, porque essa pressão é arbitrária e eu vou denunciar e estarei fazendo, se necessário for, de onde partiu.

Concedo, com muito bem gosto, um aparte ao deputado Nelson Garcia.

**O Sr. Nelson Garcia**

Deputado Zuk, sabe que não sou de falar muito, eu sou de agir, mas o que está acontecendo é uma pouca vergonha. Na minha região invadiram, e sabe de que jeito? Eles vão lá e fazem a pressão com o ex-deputado Gheriegatte, que era daqui, a trazem o ex-prefeito com contas reprovadas, levam até ao comitê central do candidato que é genro do presidente, o advogado manda vir no outro dia para depois tentar aprovar e ele mesmo entra com a ação no Tribunal.

Não, mas é amigo do presidente, é amigo do genro do presidente e está fazendo isso. É uma pouca vergonha! Na minha região, presidente de Câmara, ex-prefeitos, estão todos apoiando dentro do Tribunal de Contas nessa pressão. É uma vergonha o que vem acontecendo na minha região! Nunca ninguém viu esse menino, e quando precisava agora mostrar a moralidade desse Tribunal de Contas que diz que se está moralizando, você vê essa barbaridade: na pressão ao ex-prefeito. É no dinheiro do financiamento, mas o dinheiro deve ser dele. Eu não tenho nada contra, mas essa situação de aprovar presidente de Câmara, aprovar vereadores e ex-prefeitos com o apoio de passar as suas contas no Tribunal de Contas é uma pouca vergonha e nós temos que denunciar, sim, e pedir ao Ministério Público para entrar no Tribunal de Contas, para acabarmos com essa palhaçada que vem acontecendo.

Mas, por isso parablenizo V. Exa.. Vamos levantar mais esta bandeira, porque acho que é muito importante, é um Poder que quer ganhar a Assembléia inteira, mas ganhar com esse método de aprovar as contas reprovadas no Estado do Paraná.

**O Sr. Algaci Tulio**

Permite-me um aparte, deputado Zuk?

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Concedo, com muito bom gosto, agradecendo ao aparte do ilustre deputado de Umuarama.

**O Sr. Algaci Tulio**

Deputado Luiz Carlos Zuk, V. Exa. se antecipou a um assunto que também eu pretendia enfocar da tribuna da Assembléia. Também não tenho emano político em nenhum município do Paraná. Dos 399 municípios, eu não tenho prefeito, não dependo desta ação do prefeito para angariar votos, mas quero aqui falar em nome dos prefeitos, porque afinal de contas os jornais, há dez ou



quinze dias atrás, “manchetearam” algumas situações de prefeituras, vou dar aqui o exemplo de Matinhos, que não é prefeitura do meu município, mas atuo naquela região, o prefeito foi colocado no constrangimento - como outros municípios - porque estavam utilizando certidões falsas. Na primeira notícia, para quem leu o jornal, quem falsificou a certidão? Provavelmente foi o prefeito. É essa a idéia que tem a pessoa que lê aquela notícia. E, no entanto, estão aí várias prefeituras em situação complicada. V. Exa. traz essas denúncias, o deputado Nelson Garcia referenda vossas denúncias, eu incluo esta situação dos prefeitos e aí eu chego à seguinte conclusão: ora, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa e o Tribunal está fiscalizando esta Casa também. Ora, estamos submetidos à fiscalização de um órgão auxiliar!

Quer dizer, é uma situação constrangedora até para nós parlamentares. Qual é a fiscalização do Tribunal de Contas em cima de nós parlamentares? Em que sentido?

Não nos importa, pode até fiscalizar! Agora, nós nos submetermos à fiscalização de um órgão auxiliar da Assembléia; eu não consigo entender essa situação! Acho até que esta Casa deveria criar uma Comissão Especial, porque CPI agora não dá em período eleitoral, para saber quem falsificou, porque até agora o Tribunal de Contas não disse quem falsificou as certidões que foram utilizadas pelos prefeitos. As falsificações saíram de dentro do Tribunal, ou não?

Quem liberou essas certidões?

Será que um grupo que libera certidão, tem interesse político?

O outro grupo libera um outro tipo de certidão, e o presidente do Tribunal, de repente, se achou sendo passado para trás?

Então, é preciso que esta Casa se coloque, neste momento, como órgão principal, cujo subordinado é o Tribunal não esta Casa ao Tribunal. É preciso que o Tribunal de Contas esclareça à população, aos senhores prefeitos; é preciso que a Associação dos Prefeitos também tome uma posição enérgica sob pena também de que, daqui a pouco, todos os trezentos e noventa e nove municípios estarem sob suspeita de utilizarem uma certidão que não é a correta.

Então, eu queria também colocar esse adendo ao seu pronunciamento: eu fiquei indignado na semana passada quando ouvi notícias, na imprensa, de prefeitos utilizando certidões negativas usadas através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Paraná. Ora, quem deu a certidão, quem é que habilitou o Prefeito?

De onde veio essa certidão negativa que autorizou o prefeito a utilizá-la?

O prefeito é o menos culpado de toda essa situação. Então, a culpa deve estar, sim, dentro do próprio Tribunal de Contas.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte, nobre deputado.

Concedo um aparte ao deputado Moysés Leônidas.

### O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zuk, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que essa posição tomada por alguns membros do Tribunal de Contas, e lá tenho grandes amigos e também tenho poucos prefeitos, é uma posição extremamente odiosa do ponto de vista econômico e de desigualdade para quem está disputando a eleição e fazendo um trabalho sério, como a maioria absoluta das pessoas que estão aqui.

Então, acho até, e quero informar a esse pessoal do Tribunal de Contas, que essa matéria especificamente do Paraná é pauta de uma das maiores revistas de circulação nacional que está em cima dessa questão eleitoral e que daqui a pouco, a hora que isso explodir nacionalmente, vai fazer com que muita gente derrame lágrimas de sangue, porque estamos batendo nessa tecla já há muito tempo e acho que não é bom, e alertaria o presidente Hermas: já que o Tribunal de Contas é um órgão que é um apêndice da Assembléia, está sob a responsabilidade do Poder Legislativo, não vai ficar bem para a Assembléia Legislativa a hora em que revista do porte de uma Veja ou qualquer uma outra de porte nacional colocar depoimentos de pessoas, de ex-prefeitos, de mandantes e de pessoas recebendo dinheiro, de pessoas com depoimentos, como tem acontecido aí na vida nacional.

A Rede Globo está cansada de mostrar. A par disso, gostaríamos de fazer um adendo à sua colocação: dizer que também a justiça eleitoral precisaria estar atenta a essas pessoas que estão passando pelos chamados pagadores de todas as cidades, apresentadores de televisão, pessoas jurídicas de nome, de porte estão passando um verdadeiro arrastão por aí, fazendo com que o poder econômico valha mais nesta eleição. A mim, quero dizer a V. Exa., deixar consignado aqui, nenhum dos meus segmentos foram afetados nem por Tribunal e nem por artista de televisão que está pagando a campanha do filho; a mim não foi, mas eu tenho sentido quanto os outros estão sofrendo

Agora, se a lei é para ser igual, então que abra o problema do gasto e que deixe gastar, porque eu já fui vítima de uma eleição milionária em cima de mim, sei o quanto isso é difícil e sei o quanto é desigual.

Então, quero parabenizar V. Exa. e se nenhuma dessas revistas, ainda de caráter nacional, se a informação que eu recebi não for verdadeira, que tome como pauta aqui o depoimento de V. Exa. e os apartes dos demais companheiros para pautarem essa matéria, porque se for pesquisar, realmente, vai encontrar muito abuso do poder, do poder no sentido “nato” da palavra e muito abuso do poder econômico que também é nefasto nas eleições que correm por aí; porque na minha cidade de Londrina daqui a pouco não tem mais eleitor, porque a maioria é liderança e cada liderança para trabalhar lá é dinheiro, uns nem querem mais receber em Real, porque o Real está desvalorizado.

Então, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que deputado que foi atingido aqui que não tiver a coragem de vir e fazer o que V. Exa. está fazendo também, não merece ser reeleito, porque é uma forma de receber um massacre, ser massacrado e apanhar calado. A mim, se isto acontecer, venho aqui e faço o que V. Exa. está fazendo.

Muito obrigado. Parabéns.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado Moysés Leônidas e volto a frisar mais uma vez - nós estamos tão somente defendendo a legislação eleitoral vigente. Quando S. Exa. o presidente Hermas Brandão manda em uma das suas ponderações a nós deputados que usar materiais, serviços custeados pelo governo ou pela Assembléia Legislativa que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas nós estamos infringindo a lei eleitoral.

Acredito, presidente, que o Poder Judiciário, através do Ministério Público que deverá ser acionado por esta Casa, haverá de tomar medidas para que esses fatos, como o próprio ilustre deputado Algaci Tulio e outros senhores deputados aqui mencionaram, de identificar não só aquelas certidões falsas, mas como também a traficabilidade de influência política dentro daquele órgão, acredito e tenho certeza, deputados, de que nós estamos fazendo a nossa parte, denunciando ao Paraná e mostrando à opinião pública através do comitê de imprensa aqui credenciado de que pessoas que realmente estão usando o Tribunal de Contas para chegar no objetivo que todos os senhores parlamentares, aonde eu me incluo, estão disputando lealmente com condições de apresentação de trabalho feito, de propostas a serem realizadas e de conquistas a serem oferecidas ao povo do Paraná não são eles que através de uma caneta, de uma certidão ou de uma influência vão colocar na parede ex-prefeitos, ex-presidentes de câmaras, atuais prefeitos e atuais mandatários com cargos eletivos no interior do nosso Estado.

Tenho a certeza, presidente Hermas Brandão, que V. Exa. que sempre tem pautado, como agora, através dessa correspondência a nós deputados, com o zelo a esta Casa, V. Exa. terá o mesmo zelo para que o Tribunal de Contas do Paraná cumpra a sua missão que é de fiscalizar realmente a aplicabilidade dos recursos do Paraná, seja no Poder maior do Estado, dos municípios ou das câmaras, para que não seja, como está pretendendo ser, a formar nesta Casa uma bancada do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A bancada desta Casa é a bancada do povo do Paraná e não de órgão auxiliar do Poder que nós somos, o Poder Legislativo.

Espero que esta presença minha aqui na tribuna, não tenho nada contra ninguém tenho, isto sim, que denunciar no Paraná aquilo que está ocorrendo e que neste plenário por inúmeras vezes foi denunciado pelo deputado Neivo Beraldin que sempre esteve nesta tribuna denunciando arbitrariedades cometidas como esta que

vem a se somar, ilustre deputado Neivo, com aquelas que V. Exa. há vários anos já denunciou neste Parlamento.

Espero, senhor presidente, que o Ministério Público do Paraná investigue, identifique e penalize aqueles que fazem da função um benefício próprio a si, a parentes ou amigos.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, amanhã, a partir das nove horas da manhã, os professores do Estado do Paraná, do ensino médio, estarão reunidos aqui no plenarinho da nossa Casa.

Então, quero estender o convite a todos os deputados estaduais que estiverem aqui amanhã pela manhã, em especial aos membros da Comissão de Educação para que possam discutir o encaminhamento de algumas questões relativas ao ensino do segundo grau e o ensino médio no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PPS; PDT.

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Parece-me que fracassou mais uma alternativa de um grande negócio da Prefeitura de Curitiba, em relação à sua intenção de colocar o transporte em elevado, em nossa Capital. Pretendia a Prefeitura endividar o povo brasileiro, colocando um transporte, que no mundo inteiro não tem 30 km.

Pesquisamos e constatamos: no mundo não tem 30 km de transporte em elevado. Fizemos uma pesquisa e todos os aumentos dos últimos dez anos ou, praticamente, todos os aumentos de transporte coletivo se devem ao aumento do combustível.

Por isso, voltamos à tribuna, hoje, para reaquecer a nossa idéia de transporte de massa, utilizando os trilhos de trem, que nós já temos, que corta a nossa Curitiba.

Em 1943, o primeiro plano diretor de Curitiba, chamado Plano Agaxe, já dizia: no futuro Curitiba terá que interligar o transporte rodoviário, com o transporte ferroviário, tendo em vista o crescimento populacional da Região Metropolitana.

Pelo menos um milhão de pessoas seriam diretamente beneficiadas. Teríamos mais de 230 mil passageiros/dia, que poderiam usar um meio de transporte mais econômico, mais ecológico, com hora marcada de saída e de chegada. A viabilidade técnica é incontestável e a viabilidade econômica também, tendo em vista que em dois anos o projeto se auto-paga. Estaríamos fazendo o que exatamente fizeram Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, França, Itália, Japão e o mundo inteiro.

Volto, hoje, então, à tribuna, para dizer aos senhores deputados e àqueles que nos assistem, se repararmos, o município de São José dos Pinhais tem três alternativas para chegar ao centro de Curitiba, ou é a Ruy Barbosa ou a Av. das Torres, ou Estrada das Praias, sendo que temos uma linha reta já pertencente à rede Ferroviária Federal, saindo da montadora francesa Renault diretamente ao centro de Curitiba, já com a terraplenagem pronta, faltando apenas colocar os trilhos. Já que produzimos energia elétrica mais de 50% do que precisamos - mais uma alternativa.

Uma outra grande solução seria o desafogamento do centro de Curitiba. É evidente de que se tivermos a espinha dorsal do transporte, através dos trilhos, estaríamos deslocando o trânsito de Curitiba central para a Estação Rodoferroviária e, daí, as pessoas poderiam tomar o seu rumo à Região Metropolitana. O que não é lógico, é o cidadão que mora em Itaperuçu ou Tamandaré ter que vir a Curitiba de ônibus, para depois ir ao local de trabalho, afogando o trânsito de Curitiba. O que não é lógico são novas avenidas e essas novas avenidas consumirem pneus Firestone, Goodyear, combustível no trânsito, passagem cara, má qualidade do serviço, que sobrecarregam a qualidade de vida da população.

Então, senhores deputados, volto à tribuna para reacender esse assunto, e dizer mais uma vez que temos que pensar nos nossos trilhos, que não podemos permitir que o prefeito de Curitiba queira desviar a linha de trem para a região de Campo Magro, atingindo diretamente a represa do Passaúna e também a do Rio Verde. É preciso discutir melhor esse assunto, e quero, evidentemente, nesse período ainda reacender essa chama, porque precisamos ganhar tempo necessário para que possamos inverter essa situação da população, sobretudo, transporte coletivo. Façam uma pesquisa na biblioteca pública e verão, todos os jornais, cada vez que aumenta o ônibus, quase sempre, o aumento se deve ao aumento do custo do combustível.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Ainda no Horário das Lideranças: PT, PTB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

#### (Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 029/2002, subscrita pelo governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei complementar, que objetiva definir e adotar normas legais pertinentes aos servidores policiais civis do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei

Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 030/2002, subscrita pelo governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei, que objetiva instituir a carreira de agente fazendário estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1921, 1922 e 1923, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1924 e 1925, de autoria do deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1926, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1927 a 1931, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1933, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1934 a 1936, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1937, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1942, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1943 a 1945, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447, 472/2001, 182, 217, 344, 345, 356, 358, 372, 408, 419, 420, 424, 438, 441 e 455/2002.

Levanta-se a Sessão.

### **Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 69/2002**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 26 de junho de 2002, término em 26 de julho de 2002. CID.f.29.0.

(Prot. nº 6271/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.07.2002.

**PORTARIA Nº 70/2002**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, CLEUSA FERNANDES, matrícula nº 40623, de trinta (30) dias, a partir de 09 de julho de 2002, término em 08 de agosto de 2002. CID.10F.32.2.

(Prot. nº 6727/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.07.2002.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

### **Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 042/2002**

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, ELSA LEAMARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de março de 2002;

III - exonerar, a pedido, DORIANA CRISTINA GAIO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de março de 2002

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 043/2002**

I - exonerar, a pedido, MAURÍCIO MARCHESINI PACHECO DE CARVALHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, JOÃO GUSTAVO BERSCH, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademir Bier, a partir de 1º de março de 2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 044/2002**

I - exonerar, a pedido, DESIREE LARocca ESTEVÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, RENATO LEONEL DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de março de 2002;

III - exonerar, a pedido, NEWTON FRAGA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de secretário da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 1º de março de 2002;

IV - prover, SILVANA MEDEIROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de secretária da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 1º de março de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 045/2002**

I - exonerar, a pedido, ELEN CRISTIAN MORENO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, HUMBERTO GARBELINI KOTSIFAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de março de 2002;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ EVANGELISTA PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de março de 2002;

IV - prover, LUIZ CARLOS GROSSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de março de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 046/2002

I - exonerar, a pedido, PAULO GOMES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, EVALDO MACEDO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de março de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 047/2002

I - exonerar, a pedido, RUBENS LUIZ CALDARELLI FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, RUBENS LUIZ CALDARELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de março de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 048/2002

I - prover, JULIANA SARTORI ALVES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, JOSENILDA BENEDITO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de março de 2002;

III - exonerar, a pedido, LUCIANO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de março de 2002;

IV - prover, JOSÉ ROBERTO DE PAULA MORAIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 049/2002

I - exonerar, a pedido, SANTA TEREZINHA DOS SANTOS SUKENSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento

(100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12.03.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 050/2002

I - exonerar, a pedido, MAILISE REJANE ROHDE, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, MELISSA CARLA ROHDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 1966/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/2002

I - exonerar, a pedido, MARCIA BARRETO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, CLAUDIA MENEZES RODRIGUES BRITO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

III - exonerar, a pedido, CELESTE MARTA FERNANDES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002.

IV - prover, CELESTE MARTA FERNANDES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

V - exonerar, a pedido, SIMONE APARECIDA COSTA RIOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

VI - exonerar, a pedido, CHAYENE RODRIGUES YACOTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

VII - prover, MAURICIO DE LARA PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

VIII - exonerar, a pedido, MARILEIA MEDEIROS SILVA ALVES BEZERRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

IX - prover, NORMA REGINA DA SILVA RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 1974/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/2002

I - exonerar, a pedido, VERA LUCIA DA SILVA SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, GISLAINE RODRIGUES YOCOTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002.

III - prover, WILSON DA SILVA SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 1975/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.03.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 053/2002

I - exonerar, a pedido, ANGELITA STIVAL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, EDILTON STIVAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 2008/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/2002

I - exonerar, a pedido, ANDRESSA MARA DE LAZZARI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 2002.

II - exonerar, a pedido, EDI FERREIRA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de março de 2002.

III - exonerar, a pedido, NIVALDO DE SOUZA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de março de 2002.

IV - prover, FRANCISCA IRACY LOPES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de março de 2002.

V - prover, JADIR ZIMMERMANN, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de março de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/2002

I - exonerar, a pedido, KARINA OLIVEIRA BONO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2002.

II - exonerar, a pedido, SILVANEI QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5 do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 2002.

III - prover, SILVANEI QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2002.

IV - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS DE PAULA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2002.

V - prover, LUIZ CARLOS DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do PDT, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

VI - prover, MANOELINO DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2002.

VII - prover, LUCIMARA DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de março de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.03.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/2002

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA JANYVAL MAYERLE, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, RENI TEREZINHA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002.

III - exonerar, a pedido, DANIELLE ISFER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002.

IV - prover, MIZAEL DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

V - exonerar, a pedido, MIZAEL DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, TEREZINHA JANYVAL MAYERLE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 2028/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/2002

I - exonerar, a pedido, FRANCIELE POLETTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 2002.

II - prover, LAURO DIAS VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 2002.

I - exonerar, a pedido, LAURO DIAS VILELA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Sergio Spada, a partir de 1º de março de 2002.

(Prot. nº 2030/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.03.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/2002

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES ZANIN MOCHI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002;

II - prover, ANGELA MARTINS VIVI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002;

III - exonerar, a pedido, JEAN MARCELO MOCHI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002;

IV - prover, LEVINDO VIVI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2033/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/2002

I - exonerar, a pedido, RONALDO SANCHES CANDRENA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de abril de 2002;

II - exonerar, a pedido, ELIANE REGINA KARTENS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

III - exonerar, a pedido, ROBERTO PEREIRA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

IV - prover, ROBERTO PEREIRA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

V - exonerar, a pedido, RAFAEL BRUNO MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

VI - prover, RAFAEL BRUNO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/2002

I - prover, MAURÍCIO FIGUEIREDO LIMA NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

II - prover, ERNESTO DE OLIVEIRA LARA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

III - prover, LEONIR FRANCISCO BERALDIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

IV - prover, ADRIANO ROBERTO RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

V - prover, RODRIGO CONRADO HALUCH SCHUHLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002;

VI - prover, CLAUDIO ALVES PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.04.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/2002

I - exonerar, a pedido, MARCIA FEITOSA DE ALMEIDA SAKURADA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, TAKECI SAKURADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de abril de 2002.

(Prot. nº 2554/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.04.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/2002

I - exonerar, a pedido, LAURA MARLI DORACINSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 1º de abril de 2002;

II - prover, MICHAEL DAVID CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 1º de abril de 2002.

2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2556/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.04.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/2002

I - exonerar, a pedido, MAURICIO PEREIRA MARCONDES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de abril de 2002;

II - prover, ALEXANDRE GURTAT JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de abril de 2002.

(Prot. nº 2694/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/2002

I - exonerar, a pedido, JOÃO CAPUTO JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

II - exonerar, a pedido, ODETE SAMPAIO ESTOCK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

III - exonerar, a pedido, ADEMAR FERREIRA DA SILVA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

IV - prover, SANDRA LÚCIA LARA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

V - exonerar, a pedido, ANTÔNIO FECCHIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

VI - prover, MARICELES CRISTHINA FECCHIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002;

VII - exonerar, a pedido, LUIZ AMARO MISGA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1º de abril de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/2002

I - exonerar, a pedido, MAERLIO FERNANDES BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 2002;

II - exonerar, a pedido, EDSON AUGUSTO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 2002;

III - prover, AIRTO PASQUAL COLOMBO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, IVANI TEREZINHA DOROCINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, CÍDALIA ROSA CARLOS DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/2002

I - exonerar, a pedido, CECILIA WUNDERLICH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessora da Comissão de Auditoria, a partir de 1º de abril de 2002;

II - prover, SERGIO FURQUIM FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de assessor da Comissão de Auditoria, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/2002

I - prover, VALDINEI LUIS FEDIUK, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 2002;

II - prover, GISLAINE FUSCO DUARTE, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de abril de 2002;

III - prover, LUCIANA CATAFESTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 1º de abril de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.04.2002.



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/2002

I - exonerar, a pedido, GEONIR EDVARD FONSECA VINCESI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, JOAQUIM EDUARDO MADRUGA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2868/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.04.2002

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/2002

I - exonerar, a pedido, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de abril de 2002.

(Prot. nº 2949/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/2002

I - exonerar, a pedido, LUIS PIRIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, JORGE PAULO COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de abril de 2002.

(Prot. nº 2954/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.04.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/2002

I - exonerar, a pedido, DURVAL COLONTONIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, ZENESIO CRISTOFOLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2958/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/2002

I - exonerar, a pedido, ANA PAULA BORDINI ORASMO MONTEIRO, do cargo em Comissão, junto

ao gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, ANA PAULA BORDINI ORASMO MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, LUCIO MAURO TASSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

IV - prover, LUCIO MAURO TASSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

V - exonerar, a pedido, SANDRA ADRIANA AMUD, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VI - prover, SAMARA ADRIANA AMUD, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VII - exonerar, a pedido, LEANDRO PUPPIO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VIII - prover, LEANDRO PUPPIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/2002

I - exonerar, a pedido, FABIO LUIZ DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, FABIO LUIZ DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, ALVARO HENRIQUE PONTARA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

IV - prover, ALVARO HENRIQUE PONTARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

V - exonerar, a pedido, EDILENE FANTIN DE CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VI - prover, EDILENE FANTIN DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de

abril de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

VII - exonerar, a pedido, RICARDO TADEU PUPIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VIII - prover, RICARDO TADEU PUPIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/2002

I - exonerar, a pedido, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, ANTONIO BERTIPAGLIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

IV - prover, ANTONIO BERTIPAGLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

V - exonerar, a pedido, VALDECIR APARECIDO POLETTINI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VI - prover, VALDECIR APARECIDO POLETTINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VII - exonerar, a pedido, GERSON DE SALLES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

VIII - prover, GERSON DE SALLES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

IX - exonerar, a pedido, JOSÉ AIRTON PUPIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

X - prover, SERGIO PAVEZI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de abril de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/2002

I - exonerar, a pedido, FRANCISCO RAIMUNDO DA SILVA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do

deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, VERONICA MASSU ITIMURA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, ORLANDO RIBEIRO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2002.

IV - prover, EDMILSON LUZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de abril de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/2002

I - exonerar, a pedido, NATALINA DA CUNHA INACIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, TALITA VANESSA DE MATOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.04.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/2002

I - prover, APARECIDA MENEZES VENANCIO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de abril de 2002.

(Prot. nº 3035/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/2002

I - exonerar, a pedido, MARCIA TACHINI SCHENEIDER, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, MARIA DA PAZ SENA BASSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/2002

I - exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA ANTUNES DA SILVA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, MARIA DA LUZ RODRIGUES STECH, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, Sérgio Gonçalves da Silva, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de abril de 2002;

IV - prover, LEOZIR BUENO MEIGA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Carlos Simões, a partir de 1º de abril de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/2002

I - prover, RUMILSO MATOS DE LIMA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de abril de 2002.

II - exonerar, a pedido, EDUARDO TEODORO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de abril de 2002.

III - exonerar, a pedido, ISAIAS CARDOSO DOS SANOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de abril de 2002.

IV - exonerar, a pedido, MANOEL MARINO BACK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de abril de 2002.

V - exonerar, a pedido, ALCIOLI IVANIS RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de abril de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/2002

I - exonerar, a pedido, VALDOMIRO RUIZ, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, BIANCA IUNG BRUEL, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de abril de 2002.

III - prover, JOSÉ VINICIUS DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de abril de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/2002

I - prover, CHRISTOPHER AFONSO CORTIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de abril de 2002.

II - prover, ALEXANDRINI RODRIGUES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 2002.

III - prover, PAULO CEZAR NOGERA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de abril de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.04.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/2002

I - exonerar, a pedido, ANDREA GALL BERTOLDI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, LUIS FELIPE DE OLIVEIRA MARCER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1,

do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 02 de maio de 2002.

III - exonerar, a pedido, GENTIL DE LIMA COSTA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 02 de maio de 2002.

IV - prover, GUSTAVO LUCCA CAVALHERI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 02 de maio de 2002.

V - prover, IDEMIA MARIA APARECIDA CHAGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 02 de maio de 2002.

VI - exonerar, a pedido, AYRTON LOPES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2002.

VII - prover, SANDRA MARA ALVES DE ABREU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 02 de maio de 2002.

“PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO”, em 02.05.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/2002

I - exonerar, a pedido, WILSON DA SILVA SANTOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 02 de maio de 2002.

(Prot. nº 3936/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 099/2002

I - exonerar, a pedido, ROGERIO CESAR RIBASKI POLICENO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 02 de maio de 2002;

II - prover, MELISSA AIRES DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 02 de maio de 2002;

III - prover, GRACIELA ALESSANDRA CHAMPINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 02 de maio de 2002;

IV - exonerar, a pedido, ROSELI TEREZINHA DE OLIVEIRA ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 02 de maio de 2002;

V - prover, MARIO LUIZ DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 02 de maio de 2002;

VI - prover, LARISSA LISSANDRA FEITOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 02 de maio de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/2002

I - exonerar, a pedido, RITA DE CASSIA DE PAULA XAVIER, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 02 de maio de 2002;

II - prover, JOSÉ EVANGELISTA DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 02 de maio de 2002;

III - exonerar, a pedido, ROBERTO MARTINS GUIMARÃES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 02 de maio de 2002;

IV - exonerar, a pedido, JOSÉ FRANCISCO ALENCAR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 02 de maio de 2002;

V - prover, PAULO SERGIO DILLENBURG, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 02 de maio de 2002;

VI - exonerar, a pedido, ZILDA MELO PEDRAZZANI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 02 de maio de 2002;

VII - prover, ISRAEL AMATTI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 02 de maio de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/2002

I - prover, WILMARA DE FATIMA MOURA PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Litro, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, MATHEUS RICARDO PENSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando Litro, a partir de 02 de maio de 2002.

III - exonerar, a pedido, ODETE DOS SANTOS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 02 de maio de 2002.

IV - prover, ELY DAMASCENO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado José Maria Ferreira, a partir de 02 de maio de 2002.

V - prover, JOÃO CARLOS DOLIVEIRA RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 02 de maio de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.05.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 102/2002

I - exonerar, a pedido, ALAN VON HOLLEBEN, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, MARIELZA CRISSI HOHL, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PT, a partir de 02 de maio de 2002.

(Prot. nº 4183/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.05.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/2002

I - exonerar, a pedido, CLAUDIA FERRONATO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, LOURIVAL GIOVANI STADLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 02 de maio de 2002.

(Prot. nº 4255/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/2002

I - exonerar, a pedido, FATIMA APARECIDA GERMANO DE SOUZA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, RESENI APARECIDA FILAZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 02 de maio de 2002.

III - prover, JORGE BRUNO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 02 de maio de 2002.

(Prot. nº 4286/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/2002

I - exonerar, a pedido, CICERO APARECIDO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 02 de maio de 2002.

II - prover, GILBERTO BRAZ PALMA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 5ª Secretaria, a partir de 02 de maio de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Urgência de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3779/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.05.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/2002

I - exonerar, a pedido, JORGE ISMAEL CORDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, ORLANDO MICHELS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2002.

III - prover, LEIA CRISTINA PAVANI DE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, JOAQUIM BATISTA DA SILVA FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 111/2002

I - exonerar, a pedido, ISRAEL AMATTI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, CLAUDIR DE ARAUJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2002.

III - prover, NILCEIA APARECIDA PIRES FALAVINHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 112/2002

I - prover, ADEMAR DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, LEONILDO FERREIRA MATOSO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de junho de 2002.

III - prover, THIAGO GUIMARÃES TELES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - exonerar, a pedido, ERNESTINA AMY DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de junho de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 113/2002

I - prover, VITOR JOSÉ DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, RONNY FAVARO WUNDERLICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 1º de junho de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, ANDREA CARINE GARCIA NEGRÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5,

do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, DIVANIR APARECIDA MORAES CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/2002

I - exonerar, a pedido, DENISE GARCIA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de junho de 2002

II - prover, ADELINO CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de junho de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, SILMARA DAMIAN, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, NELI MACULAN SALVADORI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Ademar Traiano, a partir de 1º de junho de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.06.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 115/2002

I - exonerar, a pedido, RITA MARGARET LEMOS DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Braz Palma, a partir de 1º de junho de 2002

II - prover, MARIA LUCIA KLENK BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Braz Palma, a partir de 1º de junho de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 4859/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 116/2002

I - exonerar, a pedido, GIULIANO ZANUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, DARIEL ZANUSSO NONOCHADLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de junho de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu

vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, ROMANO AUGUSTO RODRIGUES TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, JOSÉ LEONARDO BRUNETTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Marcos Isfer, a partir de 1º de junho de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 117/2002

I - exonerar, a pedido, ANTONIO FERNANDO QUEIROZ, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, JULIANE CRISTINA VICENZI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de junho de 2002.

III - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS GROSSI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, MARCELO SENOSKI AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2002.

V - prover, ELOIR AMADO CACHOROSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de junho de 2002.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 118/2002

I - exonerar, a pedido, ELOI MEZZADRI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, FABIO PEIXOTO MEZZADRI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança das Oposições, a partir de 1º de junho de 2002.

(Prot. nº 5230/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.06.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 119/2002

I - exonerar, a pedido, ROSAURA INES MACHADO DOS SANTOS, do cargo de Taquígrafo, Nível 04, Ref. I, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de junho de 2002.

(Prot. nº 5294/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 12.06.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 120/2002

I - exonerar, a pedido, JAHYRA MIRNA DE OLIVEIRA DANTA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, ROSALIA MENEZES RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de junho de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, ELGA APARECIDA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de junho de 2002.

IV - prover, JECERLI DE MACEDO PACHECO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de junho de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5604/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 121/2002

I - prover, ELISANGELA VENTURA DO NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de junho de 2002.

(Prot. nº 5584/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 122/2002

I - exonerar, a pedido, MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 2002.

II - prover, VANESSA ALEXANDRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - prover, ANA CRISTINA DA ROCHA NASCIMENTO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 2002.

(Prot. nº 5603/2002)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.06.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 141/2002

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de JOÃO FELIPPE CHAVES LOUREIRO, matrícula nº 046, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 5844/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.07.2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 142/2002

Conceder aposentadoria a pedido, a DARCI ANTONIO BUDEL, matrícula nº 062, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 11 da Resolução nº 52/89 e artigo 2º da Lei Estadual nº 8452/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescido de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8198/85, e trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls 13, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. 5674/2002)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 143/2002

Conceder aposentadoria a pedido, a BOGDANO KARPEN, matrícula nº 307, ocupante do cargo de Procu-

rador NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparado pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 11 da Resolução nº 52/89 e artigo 2º da Lei Estadual nº 8452/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescido de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8198/85, e trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls 17, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. 5675/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.07.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

**Pedido de Adesão:**

## PEDIDO DE ADESÃO

GISELE FERNANDES CASSOL, matrícula 41050, endereço: rua padre Ildefonso, 250, ap. 1802 - Batel, Curitiba / PR, CEP: 80240-160; remuneração mensal estimada: R\$567,21; CPF: 574.363.049-68; telefone: 243-5738; lotação: serviço médico; data de nascimento: 26/01/66.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos no Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de fisioterapeuta.

Curitiba, 18.07.2002.

(a) GISELE FERNANDES CASSOL